



III Legislatura
IV Sessão legislativa

Número: 86
25 de Novembro de 1987

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
D I Á R I O
DA ASSEMBLEIA REGIONAL

Presidente: Deputado Reis Leite

Secretários: Deputados Manuel Goulart e Jorge Magina (Interino)

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 15.00 horas.

No **Período da Ordem do Dia**, iniciaram-se os debates, na especialidade, das Propostas do Orçamento e Plano para 1988, tendo proferido intervenções, a diverso título, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, António Maria Mendes, e os Srs. Deputados Carlos César (PS), Carlos Mendonça (PS), Jorge Cabral (PSD), João Bernardo Rodrigues (PSD), Cinelândia Sousa (PSD), Francisco Sousa (PS), José Carlos Simas (PSD), Hélio Pombo (PS), João Braga (PS), Alvarino Pinheiro (CDS), António Silveira (PSD), José Decq Mota (PCP), Adelaide Teles (PSD), João Carlos Macedo (PS), José Ramos Dias (CDS), Renato Moura (PSD) e Gabriela Silva (PSD).

A continuação dos debates, na especialidade, ficou agendada para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20.00 horas.

Presidente: Peço a atenção dos Srs. Deputados para a chamada.

(Eram 15.00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: **PSD** - Adelaide Teles, António Silveira, Borges de Carvalho, Carlos Teixeira, David Santos, Fernando Faria, Pacheco de Almeida, Flor de Lima, Gabriela Silva, Helder Cunha, João Bernardo Rodrigues, João de Brito, João Vasco Paiva, Jorge Cabral, Jorge Cruz, Jorge Magina, José Carlos Simas, Manuel Ávila, Mário Castro, Mário Freitas, Manuel Melo, Manuel Valadão, Reis Leite, Renato Moura; **PS** - Carlos César, Carlos Mendonça, João Sousa Braga, Dionísio Sousa, Francisco Sousa, Hélio Pombo, Simas Santos, João Carlos Macedo, José Manuel Bettencourt,

Paulo Teixeira, Manuel Goulart, Manuel Serpa, Raimundo Mesquita; **CDS** - Alvarino Pinheiro, José Ramos Dias; **PCP** - José Decq Mota).

Presidente: Estão presentes 40 dos Srs. Deputados. Está aberta a Sessão. Pode entrar o público. Vamos passar ao nosso **Período da Ordem do Dia** que é a continuação da apreciação das propostas do Orçamento e do Plano e vamos passar à discussão na especialidade.

Por acordo com os Grupos Parlamentares, faremos primeiro a discussão na especialidade do Mapa 5 da proposta do Orçamento e faremos a sua discussão por grandes sectores.

Como o primeiro sector é o da Educação e Cultura, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um Plano e Orçamento, constituindo é certo, uma verdadeira carta de intenções ou objectivos que, fazendo recair sobre quem os elabora a tremenda responsabilidade de responder publicamente pela sua posterior execução, não deixa no entanto de estar sujeito a opções e mesmo a inflexões que a ponderação serena e a perspectiva correcta da realidade perante novos contextos emergentes, necessariamente determinam.

No mundo da Educação as coisas tendem a correr céleres, sobretudo quando e por via de anunciadas mudanças estruturais a Região ter de preparar-se desde já, para a salvaguarda daquilo que, muito embora inovador, terá de submeter-se às nossas especificidades que de certo só beneficiarão a Região e o seu sistema educativo. Estamos, não o escondemos, expectantes e ansiosos. Preve-mos, na realidade, um ano de 1988 crucial em matéria de política educativa.

É conhecido de todos que no último Governo da República e sobretudo no actual, estão sendo produzidos diplomas de grande importância todos eles referentes ao ensino e às questões que com ele se prendem e que, de facto, nos vão provocar este desafio. Outro dia, para um programa da rádio, tive ocasião de publicamente manifestar uma certa preocupação que tenho, e desde já deixo também aqui consignado, quanto ao acompanhamento destas propostas e projectos que estão em curso, como em relação a uma instituição de alta importância na Região, que é imprescindível e que é o Centro de Formação de Professores. A Secretaria Regional da Educação e Cultura tem, e pode testemunhá-lo, feito todo o possível e tudo quanto lhe compete nesta matéria e aguardamos com serenidade que o Governo da República saiba corresponder àquilo que ele também tem que responder nesta questão concreta.

Por motivos óbvios, e que resultam do processo autonómico regional, as grandes vertentes discutidas e aprofundadas têm sido a política e económica. É normal, dado tratar-se de um processo histórico recente logo carente de parâmetros fundamentais de definição. Mas a consolidação, evolução e sobretudo a consciencialização colectiva do projecto, leva-nos hoje necessariamente, sob pena de esvaziamento de conteúdo a encarar a educação como pedra angular do edifício autonómico. E, não há meio de perpetuar esta consciência se a não fizermos despertar desde os bancos da escola.

Prosseguiremos a política de apoio sócio-educativo aos alunos menos favorecidos economicamente. Aliás, e movidos pela firme intenção de garantia da igualdade de oportunidades perante

o ensino, tem esta mesma política vindo a ser reforçada. No presente ano lectivo não só se alargou consideravelmente o leque de alunos a abranger como se aumentaram os subsídios a conceder aos alunos beneficiários. De facto hoje nos Açores ninguém está impedido de prosseguir estudos por dificuldades económicas dos agregados familiares. Trata-se efectivamente de uma realidade que nos apraz, aqui, registar.

No que diz respeito ao ensino Primário e à semelhança do que aconteceu este ano, bem como em anos anteriores, continuaremos a distribuição gratuita de milhares de livros escolares aos alunos carecidos bem como manteremos a acção "Merenda Escolar" que visa sobretudo dar resposta em áreas ou zonas onde os desequilíbrios sociais se fazem sentir de forma mais relevante a situações de alimentação deficiente, medida esta que se tem revelado eficaz e tem sido contributo importante no âmbito da recém-formada Comissão Coordenadora do Plano Integrado de Apoio Comunitário em S. Miguel, da qual somos também elemento constitutivo.

No sector das construções escolares a SREC apresenta efectivamente um Plano arrojado e ambicioso. Temos disto, plena consciência. É notório o esforço no sentido de dar resposta às necessidades de complementaridade da nossa rede escolar. Concluídos que sejam as acções que neste capítulo se inserem e a nossa rede escolar dos Ensinos Preparatório e Secundário conhecerá praticamente o seu termo.

Permite-me chamar a atenção - não vou exemplificar o que está consignado no Plano - para este ano de 88 que em matéria de construções escolares se revela, de facto, bastante empenhado e mesmo surpreendente.

- No domínio do ensino primário vamos iniciar a construção de mais 106 salas de aula, 69 das quais são situadas na ilha de S. Miguel, que ainda continua a ter carências e necessidades muito manifestas neste tipo de rede.

- Quanto a novas escolas dos ensinos preparatório e secundário, chamaria a atenção para a Escola Preparatória da Ribeira Grande, uma decisão do Governo, recentemente tomada, da construção de uma nova escola, o que avançaremos em 88 para a compra do terreno e projecto;

- Escola Preparatório da Maia, - cujo projecto está pronto;

- Escola Preparatória dos Ginetes;

- Escola Preparatória da Madalena do Pico;

- Escola Secundária da Praia da Vitória;

- Projecto e terrenos, possivelmente também para a Escola Preparatória aqui para a cidade da Horta.

Muitas mais iniciativas, nesta perspectiva, estão deliberadas, mas constam do Plano e apenas

isto constitui uma chamada de atenção.

Por outro lado, a opção tomada de elaboração de projectos próprios para as escolas da Região tendo em conta profundas deficiências nos modelos de construção anteriores e as vantagens pedagógicas para além de outras que agora decerto se ganharão, faz-nos hoje confirmar e de acordo com os referidos projectos que se ultimam da justiça da opção então tomada bem como antever das significativas melhorias que advirão para o processo ensino/aprendizagem.

Recordar-se-ão que a partir de 86/87 a Secretaria Regional da Educação e Cultura deliberou inflectir todo o problema dos projectos de construções escolares, atendendo a que realmente se tinham verificado anomalias em construções que não foram capazes de responder, em variados aspectos, às nossas necessidades. Portanto, avançámos para projectos próprios e penso que isso é um passo qualitativo de grande empenho e revelador da atenção que o Governo tem nesta matéria.

Ainda a propósito da melhoria de qualidade de ensino, faria também referência à opção recentemente tomada de substituição integral das actuais emissões regulares de Telescola pela montagem de circuitos internos de vídeo nos postos de telescola. Serão por demais evidentes as vantagens pedagógicas que daqui advém, para além de constituir uma importante redução de despesas.

É uma iniciativa que se porá em curso ainda em 88, que é a substituição dos métodos velhos pelos vídeos, conforme disse, naturalmente televisores a cores com programas vindos directamente e, portanto, com capacidade de emissão e reemissão se quisermos.

Recentemente o Governo aprovou um diploma regulamentar que visa intervir de uma forma que julgamos adequada na conservação e reconversão dos edifícios do Ensino Primário. Tem sido uma preocupação da SREC o estado de conservação em que se encontram os referidos edifícios. E, possuindo agora pleno conhecimento da situação avançarem progressivamente e em estreita colaboração com as Autarquias para um levantamento de prioridades de modo a que, já no início do próximo ano, possamos e nos moldes gizados no Decreto Regulamentar Regional participar financeiramente em obras de conservação e adaptação das nossas escolas primárias. Para o efeito se consignou no Plano uma verba de 60.000 contos. Aliás não é só o estado de conservação destes edifícios que nos preocupa. As condições ambientais e funcionais que vigoram na maior parte dos edifícios do designado "Plano dos Centenários" estão longe de corresponderem às mínimas exigidas para o desenvolvimento de uma prática pedagógica

adequada ao ensino das nossas crianças. A alteração deste estado de coisas não é fácil nem tão pouco depende da boa vontade que nos anima, dada a dimensão do problema.

Durante longos anos as escolas foram construídas na base de parâmetros e valores que se coadunavam com concepções educativas da altura e que de nós são sobejamente conhecidas.

Por nossa parte e já no próximo ano uma progressiva remodelação dos espaços-aula está na nossa lista de prioridades e no que respeita ao investimento previsto em equipamentos educativos.

Na importante área da tecnologia educativa continuaremos a apetrechar as nossas escolas com equipamentos adequados às necessidades de um ensino que hoje não a dispensa como sua subsidiária, salientando aqui e apenas no que diz respeito a reapetrechamento, que o Governo investiu neste ano de 1987, para mais de cem mil contos, em equipamentos diversos, isto excluindo o Ensino Superior.

Mas ainda no que concerne à Tecnologia Educativa providenciaremos pelo alargamento da área de intervenção do C.A.T.E. o que passará pela reestruturação dos seus serviços (aliás já em curso) bem como por lhe dotar de meios humanos e materiais mais convenientes ao desenvolvimento da sua actividade e tendo sobretudo em vista uma melhor articulação com os estabelecimentos de ensino da Região.

Igualmente nos nossos horizontes para 1988 está a progressiva informatização da gestão dos nossos estabelecimentos de ensino que numa primeira fase abrangerá os de maior dimensão e desde que aí criadas condições mínimas para o seu aproveitamento e viabilização.

Por outro lado, manteremos a política de aproximação e diálogo estreito com os Conselhos Directivos o que se tem revelado altamente eficaz na resolução dos problemas de gestão escolar, bem como continuaremos com eles a estudar medidas tendentes à melhoria das condições em que se desenvolve o processo educativo em cada escola. São patentes hoje a todos quanto queiram de boa fé avaliar do ambiente que se vive nas Escolas Preparatórias e Secundárias, substanciais melhorias em termos de organização de gestão que se reflectem sobretudo, na participação dos encarregados de educação na vida da escola, na qualidade dos serviços prestados pelos refeitórios e Acção Social Escolar em geral, na dinamização de actividades recreativas e culturais, na diminuição do insucesso etc., etc..

Obviamente que não estamos satisfeitos e há questões que pela sua delicadeza devem merecer da nossa parte uma atenção muito especial pelas suas consequências nefastas: a fuga à escola,

o insucesso e o absentismo significativo de alguns sectores do corpo docente. Sobre esta última questão, a SREC e findo o levantamento exaustivo da situação, estudará medidas tendentes a reduzir as tremendas consequências deste autêntico flagelo que em larga medida estará em parte a contribuir hoje decididamente, para os nossos índices de insucesso escolar. Eis um problema que terá de ser encarado frontal e descomplexadamente.

Não perderemos de vista a utilidade em prosseguir nas acções de formação para pessoal auxiliar e administrativo. Aliás o recente diploma reestruturador do regime jurídico do pessoal não docente dos estabelecimentos de ensino já adaptado à Região e entregue nesta Assembleia aponta, pela sua natureza, para a necessidade de atender a acções conducentes à elevação do nível de formação deste importante sector de pessoal até para que discrepâncias notórias não venham a breve trecho criar clivagens, por via de graus de exigência diferentes para o exercício das funções desempenhadas. Cada vez mais o pessoal não docente deverá ser encarado como peça importante na acção educativa pelo que a sua inserção nestes pressupostos merecerão também da nossa parte uma especial atenção.

Na prossecução de toda uma política educativa definida com base na urgência de se ir efectivamente ao encontro das necessidades que resultam da realidade social em que vivemos, tem a SREC, através da sua Direcção Regional de Orientação Pedagógica vindo a desenvolver um conjunto de medidas, que se propõe manter, actualizar e incrementar em todo o seu horizonte de acção.

Assim sendo, a continuação da tarefa da Educação de Adultos tem merecido a maior atenção e apoio com vista à implantação de uma verdadeira política de Educação Permanente que possibilite a todos e a cada um a formação e a capacidade de adaptação às mais diversas exigências do mundo actual.

Neste campo, com prioridade, está a formação dos nossos animadores, pois dela vai depender a qualidade pedagógica da sua futura acção. Para tanto, em 86/87 levaram-se a efeito 6 acções que envolveram 258 agentes educativos. Estão programados para o presente ano lectivo mais 10 e já teve lugar o XI Encontro Regional de Coordenadores de Educação Permanente.

No domínio da alfabetização pura, ou seja no ensino exclusivo das técnicas da leitura, da escrita e da matemática foram implementadas 50 acções que abarcaram 684 adultos. Na utilização de outra técnica para se atingirem objectivos da área do combate ao analfabetismo progressivo, da valorização dos saberes-fazer que é necessário precaver, incentivar e transmitir às gerações

vindouras, para a salvaguarda do nosso património sócio cultural, na música, teatro, artesanato, malhas, bordados regionais, corte e costura, culinária etc., da espera do analfabetismo funcional, com o ensino do inglês, da dactilografia e de noções básicas de informática, etc., de que nunca está ausente a componente da integração sócio-cultural, fomos ao encontro de 4.103 adultos em 235 acções. Investir-se-á mais no corrente ano lectivo na área da alfabetização e da educação base, alargada agora, ao abrigo da Portaria 33/87 ao segundo ciclo do ensino básico.

Assim não se tratam já só de cursos para pescadores, com que arrancámos no ano transacto, lado a lado com a Direcção Regional das Pescas, com resultados animadores, em termos de participação e assiduidade, se atentarmos nas dificuldades com que se teve de arrostar, à partida, em meios não muito propícios e acima de tudo, nada habituados a este tipo de intervenção. Para quem não acreditava eles aí estão, com as necessárias interrupções para que os nossos alunos/pescadores não ponham em risco as épocas e alturas próprias das safras, como foi o caso da do atum, em que se colocou a prática à frente da teoria, numa interacção e respeito pelos saberes-fazer transmitidas de geração em geração e que agora serão objecto de análise, estudo, reflexão, melhoria, quando necessária, a luz das novas técnicas e com a utilização de outros tipos de embarcações e de palamentas, nesta fase seguinte em que, com o agravamento das condições atmosféricas o pessoal vai ficando em terra e pode, muito bem, dedicar-se ao estudo, na firme certeza de que quem não se esforça por atingir o mínimo dos mínimos aceitável, não estará à altura de efectuar a sua inscrição marítima, mormente nesta época de integração no mercado comum em que se tem de apostar na formação dos nossos profissionais.

Estes cursos para pescadores irão chegar a outros locais, já este ano (caso de Rabo de Peixe, por exemplo, em que estão em perspectiva 4 cursos, 2 a nível do 1º ciclo e 2 do 2º ciclo) e em paralelo **propomo-nos a avançar noutras zonas, não piscatórias,** mas igualmente carenciados, de difícil acesso aos cursos nocturnos já existentes e sempre por nós acalentados, onde há condições materiais e humanas para que tal aconteça, nos nossos estabelecimentos de ensino básico e secundário, **com cerca de 30 cursos do 2º ciclo,** tarefa de enorme responsabilidade e esforço dada a dificuldade em se recrutarem formadores à altura e na disposição de sacrificarem mais umas tantas horas de descanso, pós horário laboral, à causa da educação permanente. Não nos podemos esquecer que toda essa intervenção directa passa pela

graduação e aquisição prévia de material didáctico de apoio, pela concepção de material audiovisual e de programas de aprendizagem específicas, caso a caso, com os meios humanos e financeiros de que dispomos e que não nos permitem muitas vezes avançar mais rápido, como era o nosso desejo. De tudo o que foi até aqui afirmado convém ressaltar que para o actual poder regional a Educação de Adultos é também outro dos factores determinantes do desenvolvimento dos Açores.

Com a transição, em vias de se consumir, do Centro de Educação Especial dos Açores da SRAS para a SREC houve que reestruturar todo o sector de apoio com vista à criação de um sistema flexível, de ajuda educativa posta à disposição de todos aqueles alunos que experimentam dificuldades de natureza e prolongamento variáveis, resultantes de transtornos físicos, sensoriais ou mentais, de carácter hereditário ou provocados pelo meio ambiente. Estamos confiantes de que, tanto a **Coordenação do Atendimento Educativo** onde se irá situar o CEEA, com toda a prática, conhecimentos e provas dadas ao longo dos tempos e que lhe grangearam o apreço e consideração que é do domínio público, onde ficará instalado o **Centro de Recursos de Produção de Materiais**, como a **Coordenação de Educação Integrada** com os seus **"Serviços de Apoio às Dificuldades de Aprendizagem"**, criados no ano passado, **"Serviços de Apoio à Deficiência Visual"** que iniciaram funções neste ano lectivo, após todo um período de formação do pessoal docente que neles foi colocado, e **"Serviços de Apoio às Dificuldades Auditivas e de Comunicação"** em que se está ainda a dar formação adequada aos futuros responsáveis (que começarão a trabalhar já no próximo ano lectivo) irão, em conjunto, actuar para que se processe, da melhor forma não só o apoio aos alunos deficientes não integráveis ou em fase de pré-integração como aos integrados nos estabelecimentos de ensino regular.

Houve que adaptar instalações, adquirir equipamentos, alguns dos quais, infelizmente, por dificuldades de ordem vária ainda não estão à disposição dos serviços, mas que se espera venham a ser distribuídos tão depressa seja possível e, acima de tudo, continuar a investir na preparação técnica dos agentes educativos. Prevê-se que já para o próximo ano chegue à Região outra leva de professores especializados, em número de 14, nos diferentes tipos de deficiência, resultado dos protocolos celebrados com o Instituto Aurélio da Costa Ferreira e com as Escolas Superiores de Educação de Lisboa e do Porto.

No âmbito da integração educativa proporcionou-se formação em técnica do Braille e de ambliopia, na Região, com a colaboração da Escola Superior

de Educação do Porto que, juntamente com a Escola Superior de Educação de Lisboa, Universidade dos Açores e médicos da especialidade estão a preparar os docentes para o apoio à deficiência auditiva. Neste interregno os alunos deficientes auditivos continuarão a ser assistidos, como até aqui, pelo CEEA. Dar-se-á continuação às acções de actualização de conhecimentos dos professores em serviço nos SADA's em princípio, uma vez por trimestre.

Publicou-se legislação e têm sido emitidas circulares e todo um conjunto de normas e princípios orientadores e regulamentadores de toda esta acção, com vista à uniformização de critérios e à rentabilização dos Serviços e do respectivo pessoal, com a finalidade da diminuição do insucesso escolar.

Não menos importante neste contexto são as chamadas aulas de compensação educativa que se traduzem num apoio pedagógico acrescido e **de que foi feito e continuará a fazer-se o mais amplo uso**. A tónica situou-se nos alunos com dificuldades por falta de aulas em períodos anteriores, por terem-nos tido, mas de forma deficiente ou por avançarem em ritmos mais lentos do que o geral, por terem regressado de países estrangeiros e, **acima de tudo**, por apresentarem dificuldades de aprendizagem e/ou aproveitamento escolar insuficiente na disciplina de **Língua Portuguesa/ Português**. Continuar-se-á a dar toda a prioridade a esta última lacuna porque o não domínio da língua materna constitui, inquestionavelmente, um bloqueio tremendo no processo do ensino/aprendizagem das outras disciplinas, dado tratar-se do veículo de transmissão utilizado.

A legislação, recentemente dada à estampa, no que concerne à **definição da política dos manuais escolares e dos novos programas e planos de estudo**, com o consequente estabelecimento de normas e períodos de vigência, constitui um passo importante neste período de transição em que nos encontramos até que se regulamente a Lei de Bases. Entre nós, entretanto, por Resolução do Conselho do Governo, foi criado o **Fundo de Apoio ao Livro Escolar**, tornando assim possível aos alunos da Região a aquisição dos seus manuais escolares ao preço de capa.

Como o combate ao insucesso escolar passa não só pelos vectores enunciados anteriormente, como também pela **formação de professores** e pelo **se levar aos alunos a lerem mais e melhor** deu-se seguimento à campanha **"Ler Jornais é Saber Mais"**, com o objectivo de se divulgar a utilização didáctica do jornal, como importante meio auxiliar, quer no plano dos métodos do ensino, quer na espera dos próprios conteúdos científicos. Abrangeram-se professores dos Ensinos Básico e Secundário e Animadores. Suportou-

-se igualmente a deslocação de um docente por Escola ao **Congresso sobre o Ensino da Língua Portuguesa**, com a finalidade de se obter a mais ampla desmultiplicação da acção na Região.

Não tem sido descurada a publicação dos jornais "**Mãos Dadas**" (Educação Pré-Escolar), "**Janela Aberta**" (1º ciclo do Básico), nem os apoios nos **Jornais Escolares**, na esfera da Direcção de Serviços de Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico, bem como a manutenção das 18 bibliotecas pedagógicas, existentes nas Delegações Escolares e das 405 Bibliotecas Infantis existentes nas 345 escolas primárias da Região.

A Coordenação Regional de Educação Permanente prosseguiu com o apetrechamento das já 200 Bibliotecas Populares que se criaram, bem como na melhoria da dotação das Bibliotecas Pedagógicas das suas Coordenações de Ilha. O Jornal "**Caminhada**" continua a ser publicado como meio de informação e apoio às actividades desenvolvidas em todas as ilhas, no âmbito da Educação Permanente, que no seu conceito mais amplo de disposição contínua para aprendermos a ser e a estar na vida, tem conduzido a Direcção Regional de forma a que não sejam descuradas as formações inicial, em serviço, integrada e contínua dos nossos docentes. Assim temos 43 professores em formação em serviço; concluíram os seus estágios integrados 68 e estão este ano em formação integrada. Aos poucos a Região vai ficando dotada de profissionais à altura da missão de que irão ser cometidos. Para além das acções decorrentes dos protocolos com a British Council, Goethe Institute Alliance Française, tem-se vindo a dinamizar e continuarão a sê-lo, acções no âmbito da formação de Animadores Pedagógicos, da formação de formadores, ou seja, dos Orientadores de Estágio Integrado, dos Acompanhantes de Prática Pedagógica, dos delegados de disciplina, bem como no dos professores responsáveis locais pela dinamização de acções no âmbito da didáctica específica do básico e secundário, tal como nas do domínio de Psicologia, dinâmica de grupos, tendências actuais da pedagogia, etc.. As entidades envolvidas em todo este processo são a Direcção Geral do Ensino Básico e Secundário, a Universidade dos Açores, as Escolas Superiores de Educação de Lisboa e Porto, a Escola de Música do Conservatório Nacional, a Escola Superior de Música de Lisboa, o ISLA e as Universidades do Minho e de Aveiro, estas últimas, no que concerne ao Curso de Complemento de Formação de Professores de Trabalhos Manuais e do 12º grupo que já vai na III Fase e a cuja prova global presencial escrita, realizada há dias, foram admitidos mais 37 candidatos. No apoio às escolas mais carenciadas tem vindo a ser incentivado localmente o recurso às Escolas mais bem dotadas, num esquema de colaboração e cooperação inter-escolas que

se traduz em visitas de trabalho por parte de docentes de reconhecida competência para desenharem o indispensável acompanhamento e orientação em áreas consideradas fundamentais.

No arranque do presente ano lectivo deu-se igualmente início ao **Apoio Técnico Sistemático** por parte da nossa Inspeção Escolar. Ultrapassadas que foram as fases de preparação teórica, apresentação de curriculum, realização de entrevistas e destacamento, entramos agora no período de trabalho no terreno, que decorrerá ao longo de todo este ano lectivo com prática a levar a cabo no Continente e na Região, devidamente acompanhada, ainda nesta fase, por equipas da Inspeção Geral do Ensino. Neste momento os professores destacados com funções inspectivas nos 2º e 3º Ciclos do Básico e no Secundário encontram-se a estagiar nas Delegações Regionais de Inspeção de Coimbra e Évora. Os da Educação Pré-Escolar e do 1º Ciclo Básico arrancaram com visitas de campo em diversas ilhas da Região orientadas por colegas inspectores que se deslocaram à Região expressamente para esse fim, tendo actuado, a título exemplificativo, numa área muito sensível que é a da distribuição de alunos pelas turmas de forma a evitar que se constituam turmas só de alunos repetentes. É algo que tem vindo a ser insistentemente recomendado ao longo dos últimos anos debatido nas reuniões pedagógicas mensais, como um dos factores conducentes do insucesso escolar e que só agora, por se passar a dispôr dos meios de apoio técnico indispensáveis pôde começar, efectivamente, a ser corrigido, numa intervenção de carácter preventivo de formação e controlo pedagógico.

O Sector de Equivalências Nacionais e Estrangeiras registou um aumento significativo do número de processos a organizar, estudar e propôr para despacho, num total de 299 casos, 130 nacionais e 160 estrangeiros, relativos a alunos vindos dos Estados Unidos, do Canadá, da Bermuda, do Brasil, da África do Sul, de Angola, de França, da Alemanha, etc. etc..

As candidaturas para Ingresso no Ensino Superior foram apoiadas, como habitualmente, em Angra do Heroísmo, Ponta Delgada e Horta, tendo-se candidatado ao Ensino Superior pela Região Autónoma, para o ano lectivo de 1987/88, 237 alunos. Inscreveram-se no "Exame Extraordinário de Avaliação de Capacidades para Acesso ao Ensino Superior", trinta e dois candidatos, com as mais variadas habilitações.

Neste momento está-se em plena fase de organização de processos e das fichas dos candidatos que se inscreveram.

No apoio do **Ensino Particular** foi exercido todo um conjunto de medidas pedagógicas, administrativas e de âmbito financeiro que se justifica cada vez mais pela melhoria de qualidade que

se pretende, a todo o custo, conseguir para estas escolas, no âmbito da facilitação do estabelecimento de ordenação do ensino particular como expressão da liberdade de escolha do cidadão. Levaram-se os docentes respectivos a participarem de acções de formação, distribuiu-se diverso material/textos didáctico-pedagógicos, efectuaram-se contratos de associação no montante de 86.459.989\$, contratos simples no valor de 42.744.150\$00 e finalmente atribuíram-se subsídios especiais que atingiram os 16.860.000\$00.

A **Educação Pré-Escolar** foi alargada este ano para 140 Centros o que se traduz num acréscimo de mais de 20 unidades, traves mestras ou alicerces de todo o processo sequencial do ensino-aprendizagem. Tem-se produzido documentação de apoio para as reuniões mensais, distribuído jogos, e materiais de desgaste bem como verbas para ajuda do respectivo funcionamento. Já teve lugar uma acção de formação que decorreu em Angra, Ponta Delgada e Horta de 20 a 24 de Outubro. Portanto bem recente.

No tocante ao **1º Ciclo do Básico** estão previstas, para além da acção de formação de animadores já efectuada, mais duas. Abarcam 60 docentes que por sua vez sensibilizam nas reuniões pedagógicas mensais os 1.241 professores que leccionam os 27.188 alunos distribuídos por 1.107 salas de aula. Estes trabalhos estão uniformizados a nível da Região, ficando a 1ª parte a cargo da **DROP**, que divulga a documentação de apoio por todos os professores participantes com um mês de antecedência.

Distribuíram-se 149 rádios-gravadores pelas escolas estando a funcionar a título experimental apoio à Expressão Plástica na Ilha Terceira e ao Movimento Música e Drama, com incidência especial na música no Concelho da Ribeira Grande.

Efectivou-se uma vez mais o estudo das preferências profissionais dos alunos do 9º ano de escolaridade com vista a apresentar de uma forma compreensiva e sistemática os resultados das expectativas profissionais indispensáveis para o alargamento do Ensino Técnico-Profissional e Profissional.

Este ano foram abrangidas mais escolas uma vez que se estão já a ter em consideração as futuras escolas da Praia da Vitória e da Madalena do Pico, onde arrancarão cursos deste género.

A adesão à experiência pedagógica incita-nos a dar-se-lhe o devido seguimento e apoio pois os resultados práticos continuam a ser satisfatórios.

Em **Ponta Delgada** estão a funcionar cursos Técnico-Profissionais na área do Secretariado, Contabilidade e Gestão, Instalações Eléctricas e Informática, alargados à **Ribeira Grande** no que se refere à **Contabilidade e Gestão**, alternativa válida para os jovens ribeiragrândenses,

como forma de preparação para um ingresso no mundo do trabalho, em vez de "embarcar" numa experiência duvidosa da abertura dum **12º ano** sem as condições de qualidade indispensáveis para a conveniente preparação dos alunos candidatos ao ingresso no ensino superior. Pela primeira vez estão a decorrer em S. Miguel estágios profissionais de Electricidade e de Reconhecedor-Cartógrafo, no domínio do ensino profissional de 18 meses conducentes à formação de trabalhadores qualificados.

O **Faial** alargou o seu leque Técnico-Profissional para o **Secretariado** que está a funcionar com o curso existente de **Contabilidade**.

Para finalizar, na Ilha Terceira situam-se cursos de Secretariado e de Agricultura-Agro-Pecuária com o apoio do Departamento de Ciências de Educação da Universidade dos Açores.

Mais do que nunca há que pôr a tónica na qualidade de ensino, mesmo que isso, por mais algum tempo, obrigue às deslocações para outras localidades ou ilhas, onde este ou aquele curso ou ano é ministrado nas condições minimamente desejáveis para que aconteça a tão almejada pedagogia do sucesso.

Até lá tentar-se-ão encontrar alternativas válidas como no citado caso da Ribeira Grande, ou no da **Ilha Graciosa** em que, como alternativa a um curso complementar, complemento impensável de se pôr a funcionar já, se optou pelo arranque, em regime nocturno, da leccionação de umas tantas disciplinas para as quais a Escola tem efectivos recursos humanos e materiais à altura, possibilitando-se, assim a conclusão de estudos ou o seu início, de forma progressiva e cuidada, a um número significativo de graciosenses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quantas destas medidas (se não todas) são também o caminho para o desenvolvimento e comprazimento cultural do nosso povo. É que a cultura e os fenómenos culturais não podem ser desgarrados do processo educativo. Mais ensino, maior escolaridade, mais intensa aprendizagem despertam cada vez mais a apetência e a necessidade cultural no mero campo do lazer e do espírito.

Nesta presunção que se tem por certa e por boa, a Secretaria Regional da Educação tem desenvolvido, desde sempre e em ritmo intensificado, a promoção, o apoio e o fomento cultural.

Do orçamento da Direcção Regional dos Assuntos Culturais e dos seus serviços dependentes (Bibliotecas e Arquivos, Museus e Casas de Cultura), há que considerar que os mesmos são dotados com a verba necessário para o seu normal funcionamento, salientando-se, ao nível das Bibliotecas e Arquivos e dos Museus uma verba específica que se destina à aquisição das espécies que constituem o seu principal património - livros

e documentos escritos nas primeiras e peças museológicas nos segundos.

No entanto, é através do Fundo Regional de Acção Cultural que uma parte substancialmente significativa da acção e das atribuições da Direcção Regional dos Assuntos Culturais e dos seus serviços dependentes acima referidos encontram suporte financeiro. Este fundo, cujo orçamento para o próximo ano de 1988 é na ordem dos 70 mil contos tem, de entre outras, como principais acções no âmbito do seu programa, e também para o próximo ano:

- os subsídios às instituições e associações de carácter cultural, contribuindo assim para uma dinamização descentralizada da cultura na Região;

- a animação cultural através de uma temporada musical, de um concurso literário, de várias exposições e de outras manifestações de carácter cultural e artísticas;

- acção editorial, promovendo a divulgação de valores açorianos, a reedição de obras inéditas e de difícil acesso da historiografia e literatura açorianas e a publicação de estudos e ensaios de temática também açoriana;

- a aquisição de equipamento audiovisual para as Casas de Cultura e Etnográficas da Região, hoje instrumentos indispensáveis àquelas instituições na defesa e valorização de um património cultural e na sua divulgação e melhor identificação, no âmbito da identidade cultural do povo açoriano;

- a formação, aperfeiçoamento técnico e especialização de artífices, assim como: marceneiros, entalhadores, organeiros, restauradores de obras de arte, etc..

A simples consulta de um mapa anual de apoios financeiros aos mais diversos organismos e instituições culturais, nos mais variados domínios da sua expressão, provam a nossa preocupação, a nossa sintonia, o nosso empenhamento e aposta na dinâmica cultural em franca expansão (como ontem referia o Presidente do Governo).

Dispondo de um fundo financeiro próprio, a Direcção Regional dos Assuntos Culturais, para além de actividades próprias que mantém e que pelo seu ónus dificilmente seriam suportadas por entidades terceiras (v.g. actividade editorial, Bienal de Arte, compra de obras de arte, etc.) tem subsidiado regularmente por si ou pelas interpostas Casas de Cultura que na Direcção Regional se integram, inúmeras iniciativas que vão desde grupos de teatro, grupos de folclore, actividades culturais de juntas de freguesia, danças de carnaval, instituições culturais da Região até aos festivais de folclore, grupos de balhos e cantares etc. e ainda mesmo as Casas dos Açores de Lisboa e Porto, pontos de congregação, de convívio e difusão dos nossos valores

e interesses culturais....

Deputado José Carlos Simas (PSD): Muito bem!

O Orador: Aqui temos duas vertentes de fundo:

- Por um lado, apoios regulares permanentes a instituições de acção continuada. Efectivamente nós temos assistido na Região de há anos a esta parte a um reviver das nossas instituições culturais que mantêm quase todas elas um ciclo de actividades notório e de grande alcance e é escusado citar exemplos, pois todos conhecem seminários e colóquios que se têm feito na Região, todos com um fortíssimo apoio da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

- Por outro lado, apoios ocasionais face à **ocasionalidade** de iniciativas diversas que, pelo seu interesse merecem ser apoiadas. Daí que, há quem pense que a cultura podia ser inteiramente programada, metida em computador e mês a mês ou quinze em quinze dias sair subsídios fixos para entidades que não são fixas. Não é bem assim - isto é uma tese do sr. Deputado José Decq Mota -...

Deputado José Decq Mota (PCP): Não é assim!

O Orador: ...a cultura não é tão programada como isso, tem o seu enquadramento e a sua programação, mas não pode ser rigidamente programada.

Deputado José Decq Mota (PCP): O Sr. Secretário está a fugir com o rabo à seringa!

O Orador: Não preciso de levar injeções, felizmente, apesar de estar constipado!

(Risos da Câmara)

O Orador: Por outro lado, não há, como alguém ontem aqui dizia uma **cultura de betão**, mas há sim e ainda bem, a necessidade e a possibilidade de pôr o betão ao serviço de um património cultural de inestimável valia, espécie de memória colectiva em pedra que nos foi legada pelos nossos maiores, que jazeram abandonadas e mesmo violentadas séculos a fio e que urge recuperar e preservar porque testemunhos da nossa mundividência...

Deputado Carlos César (PS): A vossa memória colectiva é que está a ser preservada!

O Orador: Eu penso que quando se restaura o Convento dos Franciscanos da Lagoa, a memória colectiva tanto é minha como sua.

Deputados Carlos César (PS): No caso do Convento não podia está lá o nome do Dr. Mota Amaral!?

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Podia!

O Orador: Foi o Governo do Dr. Mota Amaral que se abalançou àquela grande recuperação e com muita honra.

Mas, como dizia, o nosso património cultural é ainda herança única, que explica **quem somos e porque somos assim**.

Assim, é verdade que o esforço de recuperação do património tem sido evidente nos Planos, continua neste e continuará certamente.

Não farei também uma apresentação exaustiva do que está consignado no Plano para 88, em matéria de património. Mesmo assim destacaria, de entre muitas, algumas acções:

- Convento de S. Boaventura em Santa Cruz das Flores;

- Consolidação e restauro do Convento de S. Diogo no Topo, Ilha de S. Jorge;

- Adaptação do edifício, recentemente adquirido aqui na Horta, para a nova Biblioteca Pública, sem embargo do Governo apoiar e já se ter pronunciado, pela via competente, sobre isso, numa iniciativa da Câmara Municipal da Horta para o Centro Cultural. De qualquer maneira o edifício adquirido - que é a antiga Casa Bensaúde, como todos conhecem - será convertido em Biblioteca Pública o que conduzirá a instalações manifestamente melhores, porque as actuais são, de facto, lastimáveis. Além disso, instalaremos também a Educação Especial e ainda um Conservatório de Música, que é uma iniciativa da Câmara Municipal;

- Restauro da Matriz da Horta;

- Adaptação do Colégio dos Jesuítas, de Ponta Delgada, a Biblioteca Pública; é um empreendimento fundamental, extremamente necessário e que tem a dupla vantagem do restauro de todo um conjunto belíssimo, como também corresponder às necessidades duma Biblioteca que está a gritar por instalações novas como pão para a boca;

- Restauro da Igreja e Recolhimento de Santa Bárbara de Ponta Delgada, que é uma jóia de monumento que tem que ser atalhado de imediato;

- Continuação do restauro e consolidação dos imóveis vítimas do sismo de 80 e de que me escuso, evidentemente, estar a pormenorizar.

O próprio programa e o montante da verba inscrita falam por si.

Não poderia abandonar esta área, sem me referir às Casas de Etnografia e ao seu papel como pólos de dinamização cultural de grande importância e de recolha da tal memória colectiva que, ao fim e ao cabo, penso que é de todos nós, e dizer-vos que em 88 esperamos poder inaugurar as Casas de Etnografia de S. Jorge, na Calheta; o Museu dos Baleeiros, no Pico, já noutra especialidade, que neste momento se encontra na fase de equipamento que está especificamente a ser construído para esse efeito e a Casa de Etnografia de Santa Maria.

- Também, como sabem, recentemente foi regulamentado e já designados os elementos que integram o Gabinete da Cidade de Angra. É uma instituição, cujo serviço até agora tem sido assegurado pela Direcção Regional dos Assuntos Culturais; é um organismo de especialidade e aqui fica também o alerta de que as regras e os parâmetros nos quais se hão-de conduzir o Gabinete, têm que ser acatados particularmente por quem é beneficiário da classificação. Não é exigir

que se classifique e depois tentar furar os esquemas próprios e adequados que se verificam.

- Também queria aqui recordar uma recente reabertura que se fez, depois de importantíssimas obras que se operaram no Museu Carlos Machado, em Ponta Delgada, dando uma outra lógica, uma outra leitura museográfica e dotando-o, de facto, até de equipamento base como sejam detecção de incêndios e de roubo, que se tornavam imprescindíveis numa casa, que é, sem dúvida nenhuma, um dos melhores, senão o melhor acervo de obras de arte da Região Autónoma dos Açores.

É inegável, por outro lado, quanto o Governo se tem empenhado na promoção e desenvolvimento da prática desportiva na Região. Conscientes que é também através dele que, de forma saudável e útil, (porque complemento de tempos livres) se complementa a acção educativa e cultural, continuamos abertos ao seu fomento, decididos à sua mais intensa difusão e democratização, abertos também, certamente, às sugestões úteis e vantajosas que a sua essência, como fenómeno, desperta.

É hoje pacificamente aceite e reconhecido quanto se tem procurado fazer neste domínio, quer alargando e procurando levar a todo o lado práticas já existentes quer, muito mais, criando as condições para a diversificação de modalidades, algumas delas há alguns anos atrás incipientes e débeis ou até mesmo inexistentes há meia dúzia de anos atrás, como todos podem comprovar.

Para além do incremento verificado no chamado "desporto-rei" (futebol), modalidades como o andebol, o atletismo, o badminton, o basquetebol, a canoagem, a ginástica, o hóquei em patins, artístico ou de corrida, o judo, o ténis de campo e de mesa, a vela, o voleibol, começam, felizmente, a conhecer uma verdadeira adesão e um apreciável grau de número de praticantes.

O próprio Plano de Médio Prazo e nele o de 1988 tem procurado secundar e assegurar a sua irradiação a toda a Região.

Um dos mais justificativos e imprescindíveis programas desse Plano incide sobre a construção de instalações desportivas nas freguesias rurais da Região, apoiado e reforçado muitas vezes pela SRES.

A par deste criar de equipamentos desportivos que contém muitos milhares de contos, faço notar a sistemática existência de pavilhões desportivos integrados nos complexos escolares, postos ao serviço das comunidades. Nas maiores e portanto mais sobreocupadas outros vão surgindo e surgirão instalações mais dimensionadas e mais complexas. É o caso da zona desportiva de Ponta Delgada ou do parque desportivo de Angra. As necessidades neste domínio, que sempre são mais rápidas do que as disponibilidades orçamentais e financeiras para acudir a tudo ao mesmo tempo, como alguns ingenuamente pretendem, quando não maldosamente

reclamam.

O Governo tem propostas neste sentido e tem planificado com responsabilidade o seu programa. Os eleitores, porque conhecem a prática e as propostas do partido que sustenta este Governo, continuarão a acreditar e a avaliar os caminhos que também neste domínio estão sendo postos em apreciação.

Certos da justeza das suas propostas, a SREC, por via da sua Direcção Regional dos Desportos, tem o seu plano de acção traçado para 1988 e que fundamentalmente assenta nos seguintes pontos:

- Evolução e continuação do projecto de desenvolvimento desportivo regional durante a época desportiva e ano escolar de 1987-88.

Para a concretização desse projecto torna-se necessário executar um conjunto de programas, já delineado, consolidando progressivamente os diferentes factores do desenvolvimento desportivo.

Neste sentido, a definição dos objectivos de âmbito geral e sectorial é elemento preponderante na preparação dos respectivos programas.

Assim, a SREC continua a propôr a,

- Divulgação do fenómeno desportivo e difusão da sua prática à juventude;

- Orientação no sentido do cumprimento integral das etapas da formação desportiva, no âmbito da formação global dos nossos jovens, iniciada na actividade curricular e extra-curricular da disciplina de Educação Física nos estabelecimentos de ensino e continuada no associativismo desportivo;

- Intensificação da actividade regional, insular e nacional em função dos resultados anteriores e em sintonia com os programas federativos que se ajustem à nossa realidade;

- Apoio ao intercâmbio desportivo, entre os jovens das diferentes ilhas, regiões do País e do estrangeiro;

- Aperfeiçoamento dum grande número de jovens praticantes oriundos de todas as ilhas possibilitando-lhes o acesso a processos de treino mais actualizados e formas competitivas mais evoluídas;

- Planeamento e decisão sobre os investimentos das instalações desportivas na procura da sua modernização, rentabilidade e manutenção temporal;

- Selecção, formação e aperfeiçoamento dos Quadros Humanos;

- Intensificação dos apoios à área associativa;

- Institucionalização de Bolsas para premiar técnicos e atletas que obtenham classificações de realce em provas nacionais;

- Continuação e realização das provas de aptidão física específica dos exames de admissão ao Instituto Superior de Educação Física da Universidade Técnica de Lisboa.

No plano sectorial e ao nível da escola há

metas prioritárias a atingir. Assim teremos:

- Actualização dos programas de Educação Física no Ensino Primário;

- Definição dos programas e conteúdos da disciplina de Educação Física no Ciclo Preparatório e Unificado;

- Realização de acções de informação técnico-pedagógica para candidatos sem habilitação legal à leccionação da disciplina de Educação Física nos Ensinos Preparatório e Secundário;

- Realização de acções de informação técnico-científico-pedagógica para professores com habilitação suficiente e habilitação própria do Ensino Preparatório e Secundário;

- Realização à frequência de acções de formação contínua destinadas aos docentes com habilitação própria;

- Incentivo às actividades extra curriculares e formação de Clubes de Jovens nas escolas como primeira forma de associativismo;

- Distribuição do material desportivo necessário ao cumprimento do programa de Educação Física nas Escolas Preparatórias e Secundárias.

A nível das Associações de modalidade e de desporto, também nos propomos a:

- Incentivar a criação, apoio à institucionalização e consolidação das estruturas dos organismos associativos indispensáveis;

- Apoiar o planeamento e organização da actividade interna (ilha) na modalidade ou modalidades do respectivo âmbito, na procura permanente da participação alargada a todos os Concelhos, do preenchimento total da época desportiva e da sistematização do processo de treino.

- Apoiar a formação e aperfeiçoamento dos técnicos necessários ao acompanhamento do treino dos jovens;

- Incentivar o apoio à formação de equipas juvenis de diversas modalidades nos Clubes tradicionais.

- Reforçar o apoio aos Clubes participantes nos campeonatos nacionais, visando prestações desportivas consequentes com o desenvolvimento e dignificação do Desporto Açoriano.

É esta a traços largos, a proposta que a Secretaria Regional apresenta para 1988, certa que está, de que ela própria, pela intrínseca importância que qualquer uma destas áreas e destas realidades que aqui foram abordadas contém, merecerá a aprovação desta Câmara.

Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Deputado João Bernardo Rodrigues (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César para pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

O meu pedido de esclarecimento é, enfim, duma probreza intelectual confrangedora, mas resume-se apenas no seguinte:

Gostava que o Sr. Secretário da Educação e Cultura, que é um especialista no sector, me dissesse qual é a diferença exacta, porque alguma deve haver, visto que a designação é diferente, entre a zona desportiva de Ponta Delgada e o parque desportivo de Angra do Heroísmo.

Já percebi que num caso se vai construir um campo de futebol - que é o caso da zona desportiva de Ponta Delgada - se vai construir, no caso do parque, um estádio, se vai ampliar um pavilhão, no caso de Ponta Delgada e construir outro no caso de Angra, mas a questão essencial é porquê essa diferenciação de designação e se obedece a alguma terminologia técnica na área desportiva que nós desconhecamos?

Presidente: Tem a palavra, suponho que também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Ouvi talvez com mais atenção do que V. Exa. possa ter pensado a sua intervenção e muito embora ela seja, de facto, um relatório de actividades da sua Secretaria, contém alguns aspectos que não me passaram despercebidos. Seriam muitos mas as limitações regimentais impõem que eu faça, talvez, tão só duas perguntas em relação a um caso que considero, permita-me V. Exa. e permita-me em particular, pela boa relação e amizade que nos une, que lhe diga que foi uma afirmação leviana e que eu não esperava ouvir da boca de V. Exa., pessoa com grandes responsabilidades nesta Região, tanto mais que é titular, para mim, do mais importante sector social da vida dos Açores: a Educação e a Cultura. E, o Sr. Secretário permita-me que lhe diga mais o seguinte: com a Educação e com a Cultura não se brinca; acarinha-se, protege-se e faz-se com que ela progrida.

Passado este pequeno preâmbulo, V. Exa. disse na sua intervenção o seguinte: "Ninguém está impedido de prosseguir os seus estudos em qualquer ilha da Região, porque - e agora vou interpretar à minha própria maneira - a sua Secretaria dará todo o apoio para que tal aconteça". Sr. Secretário isto é uma gravidade muito grande.

Eu pergunto quais são os apoios - e vou falar na minha casa, mas o princípio pode ser extensivo à casa de todos - concretos, com montantes, que a sua Secretaria presta aos alunos que não têm possibilidade de prosseguir os seus estudos, tão só na ilha Graciosa a partir do actual 9º ano? V. Exa. disse que, passados alguns episódios

rocambóscos, e é verdade, que já lá funcionam algumas áreas, não sei se a terminologia é a mais adequada, ou alíneas do nosso antigo 7º ano. Muito bem, os primeiros passos estão dados; tenho a esperança de que amanhã outros passos serão dados para complemento destes. Mas, ainda são, embora eu não tenha o número de cor, no contexto dos 5.600 ou 5.800 habitantes que a Graciosa tem, algumas dezenas de filhos de habitantes daquela terra que se encontram a estudar, nomeadamente em S. Miguel e na Terceira. Eu pergunto-lhe que subsídios existem para passagens, que subsídios existem para alojamento, porque os livros, Sr. Secretário, até se conseguem com apontamentos - eu fiz tantos com apontamentos - e com fotocópias. Essa história de pagarem agora os transportes e as facturas que se tem, isso é para inglês ver, Sr. Secretário; vamos a factos mais concretos. Como é que V. Exa. fez uma afirmação desta gravidade, Sr. Secretário!? O povo é que há-de julgar as suas afirmações, as afirmações que este Governo faz levemente nesta Câmara e elas são em todos os sectores, Sr. Secretário! De V. Exa. sinceramente não esperava tal! Gostaria que V. Exa. me respondesse. Se não possui os elementos hoje, espero que mos dê, se aceitar o requerimento, verbal ou por escrito, para eu mostrar a veracidade das suas declarações.

Uma outra questão que V. Exa. também cita na sua intervenção são as Casas dos Açores em Lisboa e no Porto. Muito bem! Ótimo por as ter citado! Eu vou citar-lhe o seguinte: se bem percebi, e aí a sua velocidade e a minha capacidade de absorção não são compatíveis, falou da Casa dos Açores do Norte. Eu esqueço a de Lisboa, porque essa nem sabe que existe uma Assembleia Regional, essa realmente nem se digna mandar um panfleto aos Srs. Deputados, a menos que algum dos senhores receba ou algum dos meus camaradas, mas creio que nenhum deles recebe, ou dos restantes colegas que estão aqui à minha direita - direita geográfica tão só - algum panfleto da Casa dos Açores de Lisboa. Essa nem sabe que existe Assembleia Regional, em termos de Deputados. Para convites a S. Exa. o Sr. Presidente ir às festas, quando vai, para convites ao Presidente do Governo Regional e Srs. Secretários irem, quando vão, isso ela sabe. Para os Deputados, eu não conheço nada da Casa dos Açores de Lisboa e há oito anos que ando nesta Assembleia. Mas, tenho conhecimento da Casa dos Açores do Norte, porque essa, pelo menos, para mim, não sei se para mais alguém, manda-me habitualmente um folheto que publica. Eu devo dizer a V. Exa. que o último que recebi - e já são decorridos dois ou três meses - 75% da sua extensão é ocupada com a biografia de S. Exa. o Sr. Dr. Mota Amaral, em que fala onde

nasceu, quanto anos tem, o que é que faz, o que é que não faz, ao que preside, ao que não preside, etc..

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Também tem havido outras biografias, nomeadamente a do Sr. Presidente da Assembleia Regional!

O Orador: Também, mas eu preocupo-me mais com a sua...

(Risos da Câmara)

...e vou dizer-lhe porquê: é porque estou mais ansioso por vê-lo pela porta fora do Governo, do que o Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores. V. Exa. é muito mais nefasto para esta Região de que o Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores.

(Vozes do PSD: Oh!)

Deputado João Bernardo Rodrigues (PSD): Não apoiado!

O Orador: É esta a minha interpretação.

Portanto, eu dizia que a Casa dos Açores do Norte fez-se, de facto, para propaganda do Governo Regional e é tal a propaganda que o seu actual Vice-Presidente em exercício, que é, de facto, o Presidente, usa e abusa dos poderes que lhe confere a Casa dos Açores do Norte, para vir bajular os Srs. Secretários Regionais, nomeadamente o Sr. Presidente do Governo Regional para ir a tudo o que é inaugurações, mas inclusivamente, e talvez os Srs. Deputados não saibam, faz isto: quando há eleições ele é que faz as listas, põe na mesa quem quer e manda marcar as pessoas que entregam o voto, com a ponta da unha, para se saber quem é que votou neste ou quem votou naquele.

Vamos apoiar as Casas dos Açores. Que pena elas não terem uma actividade mais digna e mais justa! Mas, neste contexto, sinceramente, virá-se o feitiço contra o feiticeiro.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para?

Deputado Jorge Cabral (PSD): É para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, mas pedia-lhe que fosse um protesto rápido para podermos continuar a discussão.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu quero lamentar bastante a forma regimental que estou a utilizar neste momento - que é a forma de protesto - para protestar contra as afirmações do Sr. Deputado Carlos Mendonça - pessoa com quem, aliás, também mantenho as melhores relações, pessoa que habituei-me a admirar ao longo do nosso trabalho na Comissão de Organização e Legislação - que falou duma coisa que não sabe nada: que foi da actividade da Casa dos Açores do Norte.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, o meu protesto vai no sentido do Senhor prostituir aquilo que, com boa intenção, açorianos de gema fazem no Norte de Portugal, na promoção, na divulgação e na defesa dos nossos usos e costumes dos Açores.

O Senhor conseguiu fazer a antítese do que um conjunto de boas pessoas tem feito ao longo destes anos naquela zona do Norte do País. Não discuto o mesmo em relação a Lisboa porque conheço muito menos, mas em relação à Casa dos Açores do Norte, Sr. Deputado Carlos Mendonça, eu estou até com alguma intenção e algum desejo de me manifestar junto dos responsáveis pela Casa dos Açores do Norte, que lhe façam um convite para que V. Exa. veja no dia a dia o que é aquela Casa.

O meu protesto é também na sequência de ter colocado no Vice-Presidente daquela instituição as intenções que V. Exa. colocou. Foi não só uma substituição como também uma subversão das intenções dum homem que muitas vezes à custa do seu próprio bolso, à custa do seu serviço, à custa da sua vida particular, tem feito em relação aos Açores, talvez tenha feito muito mais do que algumas entidades constituídas. E, Sr. Deputado Carlos Mendonça, não é no campo da bajulação, não é no campo da engraxadela e não é no campo da promoção do Sr. Presidente do Governo Regional ou do Presidente da Assembleia Regional, porque essas entidades quando são convidadas a irem a algum sítio, nomeadamente à Casa dos Açores do Norte, aos Estados Unidos ou ao Brasil, vão representar, não eles próprios, mas sim a Região inteira e é isso que, enquanto entidades constituídas, devem continuar a fazer. Daí o meu protesto pela subversão de valores que aqui expôs, com muita mágoa da minha parte.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Cruz (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bernardo Rodrigues também para um protesto.

Deputado João Bernardo Rodrigues (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, igualmente como o meu colega de bancada, lamento profundamente que na discussão do Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores se venham aqui trazer alguns assuntos de mágoa e talvez de ciúme. Eu sou o delegado da Casa dos Açores do Norte nos Açores e tenho muita honra de o ser, porque estou na origem da criação daquela Instituição. É uma instituição privada que não depende do Governo Regional, mas que tem prestado um belíssimo serviço de divulgação das instituições regionais e não só, junto das comunidades do Norte do País.

O pasquim que o Sr. Deputado há bocadinho referiu não é pasquim, é um boletim da Casa dos Açores do Norte feito com toda a dignidade

e todo o esforço da pessoa que hoje desempenha o lugar de Vice-Presidente da Casa dos Açores do Norte. É por isso que intervenções desse tipo fazem desanimar os agentes mais activos das comunidades açorianas fora dos Açores.

(Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Eu protesto porque aquilo que o Sr. Deputado trouxe aqui é pura mentira e eu queria desagravar o simples pormenor de "o voto ser vincado com a unha" é uma mexeriqueirice que eu repudio.

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Por outro lado, queria acrescentar aqui que foi graças ao Vice-Presidente da Casa dos Açores do Norte que a ilha da Graciosa teve acesso às autoridades do Norte e particularmente do Porto, com a sua exposição dos 500 anos. Eu próprio assisti, porque nessa altura estava no Porto, às conversações entre o Vice-Presidente da Casa dos Açores do Norte e o Presidente da Câmara Municipal do Porto, que lhe cedeu a sala de Turismo para que a exposição da Ilha Graciosa fosse aberta ao público e às autoridades do Norte.

Se é assim que um graciosense, que tem prestado aqui os seus valores como graciosense e até parece que é o único deputado daquela ilha, reconhece o trabalho de um homem e de uma instituição como a Casa dos Açores do Norte, muito mal vamos nós, Sr. Deputado! Muito mal vai a Graciosa com o seu representante nesta Casa!

Tenho dito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para dois contraprotostos.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Cabral, aqui vai o meu primeiro contraprotosto.

Eu queria dizer a V. Exa. que não fui eu que trouxe à colação a esta Casa, no contexto da discussão do Plano e do Orçamento para 1988, o problema das Casas dos Açores. Se eu falei nele foi porque, em primeira instância, o Sr. Secretário Regional o abordou na sua intervenção. Primeiro, não fui eu que o trouxe aqui, porquanto se trata de uma instituição de carácter privado e ratifico o que já disse: que deve ser acarinhada mas que tem má actuação. É uma interpretação que eu faço, não por análise directa, mas por análise indirecta de quem é sócio dela e lá vai com frequência. São pessoas que logicamente eu não cito, mas que em particular o Sr. Engenheiro João Bernardo Rodrigues conhece melhor do que eu. Portanto o meu contraprotosto é por isso e peço a V. Exa., Sr. Deputado Jorge Cabral,

que meça um pouco mais o conteúdo das palavras antes de as dizer. Eu jamais tentaria prostituir aqui nesta Casa o que quer que fosse. O senhor diz que me conhece! Se me conhece sabe que eu jamais prostituirei, no sentido figurativo logicamente, o que quer que seja. Jamais! Portanto, o meu contraprotosto por isso.

Quanto ao Sr. Deputado João Bernardo Rodrigues, eu queria dizer-lhe o seguinte:

No fundo, se bem percebi, o que mais o chocou foi o facto de eu ter referido a questão do trinque ou da marca no voto. Eu não voto naquela Casa Sr. Engenheiro! Não sou sócio dela! Nunca fui convidado para lá pôr os pés! Mas quem vota e se V. Exa. quiser eu digo-lhe quem é, mas V. Exa. sabe melhor do que eu quem é - é que me relatou outros pormenores que logicamente não têm cabimento aqui. Por conseguinte, fico-me por aqui.

Contraprotosto pelo Senhor ter insinuado que o que eu disse eram mentiras, mas se eram mentiras foi pela via que as recebi e não pela via que as disse. É por isso que eu protesto com veemência.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Jorge Cabral pede a palavra para mais um protesto?

Deputado Jorge Cabral (PSD): Para uma réplica, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Depois de ouvi-lo, até parece que fui eu que classifiquei em tanta coisa má a Casa dos Açores do Norte. V. Exa. transforma a sua intervenção assumindo algumas coisas que eu não disse à excepção da palavra prostituir, como é óbvio. V. Exa. quase que coloca mentalmente na minha pessoa o que V. Exa. afirmou em relação à Casa dos Açores do Norte. Eu mantenho o que disse: V. Exa. subverteu as boas intenções duma instituição que eu prezo muito e sobretudo, Sr. Deputado Carlos Mendonça, se eu viesse a esta Assembleia Regional dos Açores baseado apenas no "ouvir dizer" - V. Exa. é jurista, sabe perfeitamente que isto não colhe em termos judiciais - e dissesse coisa por "ouvir dizer"...

Deputado Carlos Mendonça (PS): Isto não é um tribunal, Sr. Deputado!

O Orador: ...garanto-lhe, Sr. Deputado Carlos Mendonça, que saíremos daqui com grande dose de gargalhadas todos os dias.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

Deputado Carlos Mendonça (PS): Também é preciso rir!

Presidente: Tem também a palavra para um

protesto a Sra. Deputada Cinelândia Sousa.

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, de facto, protestar contra uma pessoa com quem também tenho uma relação de amizade agradável, que é uma pessoa extremamente educada, mas que teve a infelicidade - deixai-me passar a desilegância - e o desrespeito quando teve um aparte muito triste ao dirigir-se ao Presidente do Governo Regional dizendo que queria vê-lo pelas costas, antes a ele do que o outro...

Deputado Carlos Mendonça (PS): A Sra. é advogada dele!? É!?

O Orador: O senhor deixe-me acabar!

...É triste que estas coisas aconteçam porque muito mal vai a democracia quando a falta de respeito imperar nesta Sala.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, suponho que este assunto se esgotou, de forma que dou a palavra, para fazer perguntas ao Sr. Secretário Regional, ao Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

V. Exa. começou a sua intervenção por dizer que a Secretaria Regional da Educação e Cultura fez tudo quanto lhe compete, para acompanhar a remodelação de estruturas com vista à implementação da Lei de Bases. Pergunto-lhe, concretamente,

o que é que V. Exa. entende por tudo o que a Secretaria - pelo que se depreende - tem feito na Região Autónoma dos Açores para acompanhar a revolução que vamos ter no ensino, com base na Lei 46/86 e de que já possuímos alguns documentos e que segundo me parece a Secretaria não teve qualquer participação, qualquer contributo, nem tão pouco participa nos grupos de trabalho criados?

Igualmente, V. Exa. diz que a Região já fez tudo para quem deseja prosseguir estudos. Eu diria apenas que qualquer pai de Santa Maria, neste mês de Novembro de 87, gasta no mínimo 15 contos mensais para ter um filho a estudar em S. Miguel, nas áreas que a sua Escola não cobre.

V. Exa. finalmente disse uma coisa que eu afirmei no primeiro dia que subi à tribuna desta Casa: condenou um plano de construções escolares. Bem haja, ao fim de 12 anos do Governo Regional, se não me falha a memória, V. Exa. finalmente assumiu, nesta Casa, a condenação dum tipo de construções escolares. Enfim, foram necessários 12 anos, mas bem haja, pela sua existência e pelo dia de hoje.

Finalmente V. Exa. disse aos professores do ensino primário dos Açores que têm um péssimo plano de construções escolares. Bem haja, por isso, porque a seguir o PS fará a proposta neces-

sária para que se dê a volta.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Já deu!

O Orador: V. Exa. falou igualmente da gestão democrática nos ensinos preparatório e secundário ou, melhor dizendo, 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. Pergunto-lhe que alterações tem V. Exa. programadas para o efeito e se essas alterações têm algumas repercussões no Plano e Orçamento que estamos a apreciar. E isto porque nesses instrumentos não vimos reflexos dessas alterações.

V. Exa. falou igualmente em acções de formação para pessoal não docente. Digo-lhe que fiquei altamente chocado porque imediatamente a seguir esperava que V. Exa. falasse em acções de formação para pessoal docente sem qualquer habilitação, para os chamados não professores, mas que o sistema carece deles e V. Exa. desses não falou. Reconheço que são necessárias acções de formação de pessoal não docente, mas fiquei altamente preocupado porque os outros, os que não são docentes e que têm de sê-lo, não os vi contemplados nem os vejo no Plano.

Em relação a um sector que me é altamente... enfim, nem lhe chamo nomes, é o analfabetismo. Finalmente V. Exa. forneceu-me dados ao fim de três anos. Durante esses três anos preguei no deserto, mas hoje congratulo-me por mos ter dado: disse-me que no ano lectivo fez 50 acções no âmbito da alfabetização e que abrangeram 684 adultos, mas só faltou um pormenor que eu também lhe peço: que resultados finais tiveram essas 50 acções, ou seja, os 684 adultos que as frequentaram, em termos de escolaridade obrigatória, isto é, quem nasceu antes do dia 1 de Janeiro de 1967, fez a 4ª classe? Quem nasceu depois dessa data fez o 6º ano de escolaridade?

Igualmente quero congratular-me também, porque hoje foi anunciada uma medida, por mim exigida no primeiro dia que subi àquela tribuna, que foi o cumprimento do programa P.S.. Finalmente o Centro de Educação Especial dos Açores vai sair dos Assuntos Sociais e entrar na Educação e Cultura. Bem hajam por isso! Também aí muitos professores vão ficar satisfeitos e, sobretudo, os pais. Também aí, V. Exa. não traduz isso no Plano,...

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Está satisfeito!

O Orador: Estou Sr. Presidente, mas foram muitos anos a pregar no deserto! Bem hajam por isso! Bem hajam! Até que enfim os Senhores perceberam algumas coisas! Foram precisos tantos anos!

Mas, voltando à questão, perguntaria se as verbas consagradas nas despesas do orçamento corrente da SREC contemplam um aumento de quadro do Centro de Educação Especial dos Açores.

V. Exa. falou em formação de professores

- não daqueles que já me referi - mas esqueceu-se de mencionar o cancelamento do famigerado encontro de Setembro, organizado pela Universidade dos Açores.

E, também falou numa coisa que, para mim, é extremamente importante e que utilizou a seguinte expressão: "a nossa inspecção escolar". Gostaria de saber qual é o diploma que existe na Região Autónoma dos Açores e cria a nossa inspecção escolar.

Falou em distribuição de alunos no ensino primário e que este ano tinham sido iniciados esses trabalhos. O diploma é o Despacho 118/82 e pergunto: a Secretaria, que o fez, porque só agora o aplica?

Finalmente, V. Exa. mostrou-se altamente empenhado em que a cultura não era de betão e sobretudo não se poderia carregar no computador e sair cultura. Pensei que V. Exa. estava a falar de outra coisa, que era carregar no ficheiro das bandas e saírem os subsídios todos iguais a todas as bandas dos Açores, publicados no Jornal Oficial.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Finalmente!

Presidente: Também para fazer perguntas ao Sr. Secretário Regional, tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

É sabido o estado de degradação em que se encontra a Igreja de S. Pedro em Ponta Delgada. Também é sabido que o Governo Regional já deliberou o restauro dessa mesma Igreja e gostaria de saber em que ponto é que se encontra, efectivamente, esse problema relacionado com o restauro da Igreja de S. Pedro?

Era apenas isto.

Muito obrigado.

Presidente: Para pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Ouvi atentamente o que o Sr. Secretário disse na tribuna e tenho alguns pontos que gostava de esclarecer e algumas outras dúvidas.

Naquilo que o Sr. Secretário disse, há uma omissão em relação à área do desporto que gostava de esclarecesse.

O Sr. Secretário não falou -peço desculpa da minha dicção, que não é a melhor mas eu tenho um problema na boca-na questão dos Centros de Medicina. Dos Centros de Medicina da Região, julgo que o que está mais ou menos equipado é o da ilha de S. Miguel; os das outras ilhas estão em muito mau estado, como por exemplo o da Horta, que é o que eu conheço melhor, não

tem praticamente material nenhum e julgo que os das outras também são assim, com excepção -como já disse - do de S. Miguel. O desporto é uma fonte de saúde, mas primeiro é preciso preparar os atletas para praticarem desporto, para não haver situações desagradáveis como já aconteceram aqui na cidade da Horta.

Os Açores são uma Região virada para o mar e dentro das modalidades desportivas que o Senhor apontou e que a Direcção Regional iria apoiar, provavelmente também apontou a natação - não consegui apanhar todos, porque o Senhor foi bastante rápido -. Mas, numa Região como a nossa, pratica-se natação 2 ou 3 meses de Verão e durante o resto do ano não se pratica. Para se praticar natação é preciso os tanques de aprendizagem, por isso, perguntaria ao Sr. Secretário para quando é que prevê tanques de aprendizagem de natação na Região?

Uma outra pergunta, que já foi feita no ano passado e que o Sr. Secretário não respondeu e que gostava de voltar a pôr este ano, já não é possível depreender através da documentação do Orçamento e do Plano quais são as modalidades desportivas prioritárias, perguntaria quais são as modalidades desportivas que a Direcção Regional de Educação Física e Desportos irá dar maior incentivo?

Uma outra pergunta que provavelmente terá que ser feita ao Sr. Secretário Regional do Trabalho, mas como é dentro da área do desporto, e de qualquer forma terei que fazê-la, relaciona-se com o INATEL.

Existe, na Região Autónoma da Madeira, um protocolo assinado, bastante amplo, entre o Governo e o INATEL, que faz com que haja um conjunto de trabalhos em promoção do desporto. Prevê-se algum protocolo deste tipo nos Açores?

O Sr. Secretário da Educação e Cultura falou também nas Casas de Etnografia. A ilha do Corvo - e agora puxando a brasa à minha sardinha - continua a não ter uma Casa de Etnografia e neste Plano não se vê nenhuma para o Corvo. Já em conversa com o Sr. Secretário e até num comunicado do Governo, aquando da sua deslocação à ilha do Corvo, diz-se a determinado passo que o espólio que existe no Convento de São Boaventura - julgo que é assim que se chama - na Ilha das Flores, está lá grande quantidade de espólio relacionado com a Ilha do Corvo. Acredito que sim, mas esse espólio estaria muito melhor na Ilha do Corvo, que é realmente o sítio onde ele deve estar e penso que quanto mais rápido ele vier para o Corvo melhor e, além disso, tendo uma Casa de Etnografia montada no Corvo, há outros bens e materiais que lá existem que poderão ir para ela e não para a da Ilha das Flores.

Para terminar, perguntaria ao Sr. Secretário - e isto sem nenhum tipo de humor - para quando é que prevê a conclusão do Pavilhão Gimnodesportivo

vo da Horta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra para pedidos de esclarecimento o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Muitas vezes na comunicação social surgem críticas à questão que se vive nas escolas primárias em Ponta Delgada e na ilha de S. Miguel em geral, nomeadamente a falta de segurança, a falta de instalações condignas, a falta de privacidade dos recreios, etc..

No caso concreto das escolas anexas de Ponta Delgada, não sei se o Sr. Secretário está dentro do assunto que se tem passado ultimamente, mas acontece que aquelas instalações têm uma total falta de privacidade, pondo até em perigo muitas vezes os alunos da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª classes, mas essencialmente os da 1ª classe. Eu próprio tenho constatado algumas situações um pouco arrepiantes ao ir àquela escola por razões da minha qualidade de pai e tenho participado nalgumas reuniões a nível de Comissão de Pais daquela escola. Concretamente queria perguntar, em primeiro lugar, ao Sr. Secretário para quando a sua Secretaria irá insistir junto das entidades competentes daquele Concelho a fim de que, de uma vez por todas, se resolva o problema do parque de estacionamento em frente à escola? Em segundo lugar, quando poderá haver uma privacidade num dos lados daquela escola, evitando assim que os motoristas vão para lá lavar os automóveis e os namorados encontram lá lugar propício para as suas deambulações amorosas? Em terceiro lugar, queria perguntar também ao Sr. Secretário - e estamos numa Região que produz excedente de leite - quando é que finalmente temos as crianças a tomar leite sem ser racionado e até em alguns casos o leite devidamente aquecido, para miúdos com 6-7 anos de idade que antes da brincadeira do recreio são obrigados a beber leite frio e apanhando as inevitáveis constipações, rouquidões, etc.?

Eu queixo-me porque sou uma vítima desta situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra também para pedidos de esclarecimento, o Sr. Deputado João Braga.

Deputado João Braga (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

No que se refere ao programa nº 7 sobre a defesa e valorização do património cultural, relativamente à ilha de Santa Maria, a verba inscrita de 700 contos afigura-se ser um bocado pequena. Acontece que em Santa Maria, já há bastantes anos - se não estou em erro há uns

4 ou 5 - o Governo iniciou obras na Igreja de S. Francisco, anexa aos Paços do Concelho, e continua por acabar.

A Casa Etnográfica de Santo Espírito, que foi um esforço do povo daquela freguesia, que fez a junção de todos os objectos etnográficos da freguesia, vem recebendo, há 4 ou 5 anos, subsídios para a sua manutenção e remodelação que se têm afigurado insuficientes.

Uma outra questão que se prende com a Ermida dos Anjos, de grande valor histórico, que está ligada à descoberta da América, em que o retábulo trípico dessa Ermida foi há uns 4 ou 5 anos retirado para reconstrução, suponho que na Ilha Terceira, e que já se começa a duvidar se ele voltará à ilha de Santa Maria ou não. Queria perguntar qual é o ponto da situação sobre este retábulo? E o que é que o Governo prevê fazer com 700 contos na defesa do património arquitectónico e artístico da ilha de Santa Maria?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para pedidos de esclarecimento.

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados Srs. Presidente e Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura:

Vou usar da palavra para uns brevíssimos pedidos de esclarecimento ao Sr. Secretário.

O primeiro dos quais, solicitando, se possível, uma calendarização pormenorizada quanto à implantação da Escola Superior de Educação para a Região.

Em segundo lugar e relacionado com aspectos referentes à formação de professores, perguntar ao Governo se vai ser a sua prática, e, portanto, se concorda com o que tem acontecido nalguns casos e ainda recentemente, no que toca a professores da área do pré-primário, com a circunstância de, em resultado duma acção de formação, as escolas do pré-primário encerrarem, ou pelo menos algumas delas, para que os professores possam frequentar essas acções. Concretamente, gostaria de saber se vai ser prática do Governo permitir o encerramento desses estabelecimentos com a justificação da frequência de formação, neste caso, de professores, ou se não entende mais correcto, o uso do número significativo de dias que ao longo do ano existem sem actividades propriamente lectivas e sem prejuízo do respectivo direito a férias, os professores ocuparem esses períodos de não leccionamento, exactamente por acções de formação?

Finalmente, relacionado com o Parque Desportivo de Angra do Heroísmo e uma vez que se trata de um dos projectos mais idosos do Plano Regional e dado que recentemente a Secretaria Regional, em conferência de imprensa, assumiu a responsabilidade do significativo atraso do referido projecto, por razões de ordem técnica e inerentes

às tarefas normais da Secretaria, perguntaria se não seria razoável compensar esses atrasos com uma aceleração da implementação do Parque Desportivo de Angra do Heroísmo? Se não acontecer essa aceleração - que tudo leva a crer haver perfeitos fundamentos para isso - quais são as causas efectivas disso?

Presidente: Srs. Deputados, a Mesa não tem mais inscrições para perguntas ao sr. Secretário. Assim sendo, dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para responder.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou tentar responder, senão a todas, pelo menos a algumas das questões. Há aqui questões que o Sr. Secretário Regional não pode responder, como por exemplo: Quando é que?... Como?... Porque é que?... - não sei se me estou a fazer entender - porque são situações que no dia a dia não se inserem em questões de candura, nem sequer de matéria política. Por que é que em vez de se ter aberto no dia X, quando se tinha de abrir no dia Y, naturalmente por uma razão muito concreta de ocasião que a Direcção Regional respectiva deverá saber. Não sei se me fiz entender. Não me interpretem mal. Não estou a querer fugir às respostas, mas há respostas que eu não sei dar aqui neste momento e agora. Devo dizer que estou especialmente preocupado com isso.

O Sr. Deputado Carlos César começa por dizer que eu sou um especialista numa matéria que ele avançou. Devo-lhe dizer que não sou especialista, mas não deixo de reconhecer do enorme interesse e da enorme função que o desporto e a actividade desportiva a todos os níveis têm e também não sou tão...

Deputado Fernando Faria (PSD): Azelha!

O Orador: ...azelha, exactamente, que não faça os meus joguinhos de cartas, por exemplo.

(Risos da Câmara)

O Orador: O Senhor pôs-me aqui o problema de qual a diferença entre zona desportiva e parque desportivo.

Ora bem, vamos lá ver se sou capaz de entender o que é que isto quer dizer! Nunca pus esta questão a mim próprio, de facto!...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...Mas, a percepção que eu tenho é uma questão de terminologia e independentemente das carências que possa ter, e a sua pergunta contém a intenção dum parque desportivo em Ponta Delgada, mas enquanto em Ponta Delgada com muitas carências que ainda existem e se calhar continuarão a existir nesta matéria, há dois ou três pólos onde as actividades desportivas são possíveis. Em Angra não existia e, além disso o próprio conceito geográfico, em Angra arruma um conjunto de instalações numa zona específica exclusiva.

Em Ponta Delgada é um pouco diferente, nós já temos Pavilhão Desportivo, temos o da Escola Preparatória, depois surgiu o Pavilhão de Judo. Portanto, há ali uma zona o que deixa em aberto a ideia de que Ponta Delgada não não está assim tão mal, o que não quer dizer que não poderá haver outras zonas, nomeadamente a das Laranjeiras que vai ser posta ao serviço da comunidade. Bem, penso que isto era uma questão menor - desculpe que lhe diga - nem era uma questão a ser posta por si.

Deputado Carlos César (PS): Não é tão menor quanto isso e a gente já vai ver a seguir!

O Orador: A seguir o Sr. Deputado Carlos Mendonça faz-me aqui um preâmbulo misterioso. Falou veladamente por metáforas, nomeadamente na questão da Casa dos Açores, mas já lá vamos!

Ninguém deixa de estudar, e para já o Sr. Deputado, talvez, é sensível, mas não está muito integrado nem virado para os problemas da educação. Quando eu disse "ninguém deixa de estudar" estou a referir-me obviamente, e essa é a minha obrigação, de forma directa à escolaridade obrigatória que é, obviamente, apoiada pela Acção Social Escolar, através de dois escalões: escalão A com 18.000\$00 e escalão B com 15.000\$00, mas mesmo assim no Preparatório e no Secundário esses escalões funcionam e funcionam no escalão A com 20.000\$00 mais 7.500\$00 para alojamento e no escalão B com 11.000\$00 mais 5.000\$00 para alojamento. Mas, em Ponta Delgada existe uma residência feminina e outra masculina; em Angra há uma residência feminina e está em vias, e segundo o Plano aponta, uma residência masculina.

Portanto, os alunos que são escalonados, de acordo com as suas posses financeiras e aquelas que os organismos oficiais documentam, beneficiam e recebem essas participações, porque também não podemos, ao contrário, cair na ideia miserabilista de que tudo é pobrezinho e de mão estendida e que, para continuarem estudos, todos - e é uma grande parte ou será a maioria, na sua opinião - precisam de integral apoio. Felizmente não é verdade! Já o foi a alguns anos atrás. Com os Governos Regionais essas situações têm vindo a ser corrigidas. Isso não afasta a necessidade de, neste campo, se melhorar cada vez mais e até de se poder vir a dotar os mecanismos da Acção Social Escolar com mais verbas, que suportem mais encargos e que, portanto, vão universalizando cada vez mais essas possibilidades. Mesmo assim, direi que temos um universo mais alargado de escalonados e de apoiados do que, por exemplo, no Continente. No ensino complementar também temos para o escalão A 18.000\$00 mais 7.500\$00 para alojamento e 10.000\$00 mais 5.000\$00 para alojamento no escalão B.

Quanto ao problema das Casas dos Açores de Lisboa e do Porto, eu na minha intervenção disse que tinha apoiado diversas instituições que

têm actividades regulares, para além de outros apoios que se dão ocasionalmente a actividades de ordem cultural que são desencadeadas por instituições ou por grupos ligados mais ou menos a questões de ordem cultural. Portanto, mediante a apresentação de um programa, que é julgado, é observado e é meditado, de actividades de índole cultural, e porque qualquer uma destas Casas dos Açores representam, nos meios onde estão, pólos que podem ser pontos de referência para as comunidades açorianas que vivem nestas duas cidades, o apoio, que não foi tão grande como isso e é pena que não pudesse ter ido mais além, que foi dado pela Secretaria a qualquer uma destas Casas dos Açores é precisamente para apoiar, para subsidiar, para secundar, se quiser, actividades de índole cultural ou sócio-cultural. Quanto ao mais, eu não me pronuncio, porque até desconhecia toda essa corte de lamúrias que o Senhor fez e não sei se são se não, nem até os meus critérios de apreciação têm que passar por aí. Eu tenho que ver, como Secretário Regional da Educação e Cultura ao financiar uma actividade cultural, efectivamente, é se em termos estritamente culturais essa actividade merece crédito. Mereceu e foi subsidiada. Portanto, foi um pretexto para o Sr. Deputado trazer aqui à colação um assunto que, com certeza, queria remoer nele e se serviu deste pretexto da intervenção, sobre o qual não me vou pronunciar nem quero até responder, porque desconheço essas questões, mas tenho que as conhecer para o efeito e na perspectiva em que abordei aqui na minha intervenção.

Relativamente ao Sr. Deputado Francisco de Sousa, o meu muito obrigado pelas suas palavras. Efectivamente, é o homem mais entendido na matéria; como mais uma vez se prova é o especialista da parte da oposição, da oposição do Partido Socialista; faz parte do Governo de sombra!

(Risos do PSD)

Deputado Francisco de Sousa (PS): Não! É a sombra do Sr. Secretário!

O Orador: De qualquer maneira eu falei na preocupação, e repeti aqui, que tenho em relação ao acompanhamento de tudo quanto se está desencadeando a partir desta lei de bases e os contactos da Secretaria com o Ministério não têm sido perdidos. A nível de Direcções Regionais têm-se feito felizmente, e sobretudo, neste caso concreto, ao nível da Direcção Regional de Orientação Pedagógica, que aderiu ao CIFOP (Centro Integrado de Formação de Professores) que é um órgão de extrema importância e de necessidade para a Região. Vamos continuar a diligenciar, mas também penso que, por parte da Secretaria, os passos têm sido dados, as diligências de contactos de aproximação, de recepção dos textos de diploma, inclusivamente, no anterior Governo,

eu tive, por duas vezes, com o Sr. Ministro João de Deus Pinheiro a falar da circunstância e da necessidade que me parecia em haver um representante da Região na Comissão da Reforma Educativa. O Ministério não deu seguimento a esta pretensão e ninguém se lamenta mais do que eu, mas, de facto, resta-me, para já, a consciência de que estes passos foram dados e estou convencido que a solidariedade nacional não funciona só de cá para lá, funciona também de lá para cá. É isso que temos realmente que apurar e esforçar-nos para que isso aconteça e certamente irá acontecer.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Vai levando é muito tempo!

O Orador: No que diz respeito às construções escolares, eu devo dizer que não reconheci o falhanço dessas construções, até acho que foram muito importantes aquelas construções que se fizeram, porque quando o I Governo chegou ao contacto das necessidades imediatas desta Região teve que dar, e temos que louvar todos os dias e a toda a hora, nesta Região, a capacidade que os Governos, que antecederam ao III Governo, tiveram de rapidamente responder e montar uma rede escolar que satisfizesse as necessidades prementes e utilizando um projecto que, não testado na Região, parecia oferecer, à partida, as garantias de ser um projecto útil. E útil é! Até na perspectiva pedagógica, e já temos falado até sobre isso e não temos tido discrepâncias nem opiniões contrárias em que no plano pedagógico o seu funcionamento como escola, não são projectos tão maus quanto isso. Eles são maus na sua construção material, que tem sido corrigida, como sabe, e se têm, através da Secretaria do Equipamento Social, feito recuperações importantes que são, aliás, necessárias fazer-se e tem-se avançado, paralelamente ao programa de construções, com um programa de recuperação. Não é o projecto em si que é mau, foi a pouca sorte da qualidade do material dessas construções não ser a mais ideal, pela sua concepção até de coberturas, de espaços livres e abertos, de uma certa rotura entre a escola e o meio envolvente e, foi isso que a partir do ano passado o Governo tentou, fê-lo, está cumprindo e vai cumprir, corrigir esses módulos. Eu penso que, de uma forma selectiva, vamos sempre de degrau em degrau para melhor e é o que está acontecendo. Ótimo! É prova de que o Governo se vai, sempre e constantemente, melhorando, imagine para o IV Governo o que não será!

(Risos do PSD)

Deputado Francisco de Sousa (PS): Vai levando é muito tempo!

O Orador: No que diz respeito a acções de formação para pessoal não docente e docentes sem habilitação, sim Senhor, eu estou de acordo

com essa sugestão. Concretamente não sei se ela está planificada, acredito que esteja planificada alguma acção para esse pessoal e embora eu conheça o mapa das acções para o ano lectivo, não tenho presente. Admito que sim. Se não está, cá fica esta sugestão que não me parece ser nada dispicienda.

Em relação ao diploma sobre a Inspeção Escolar, o Sr. Deputado Francisco de Sousa sabe perfeitamente que se abriu um concurso para recrutamento de eventuais inspectores. Depois fez-se funcionar um curso - foi isso que há bocado disse na minha fala - que está a terminar, e essas pessoas que foram seleccionadas através desse concurso e, naturalmente, agora vamos dar o devido enquadramento jurídico a um serviço que cada vez se revela mais necessário e mais útil na Região.

O Sr. Deputado fez também uma pergunta relacionada com bandas de música e o que lhe posso dizer é que este é um programa que se tem vindo a repetir em diversos planos com a tal uniformidade que apontou, e ainda bem que assim é, reconhecendo-se que é um dos pólos de dinamização cultural mais importante dos nossos meios rurais. O papel da sociedade filarmónica, em torno das comunidades é muito importante. Aqui nas suas palavras só me parece haver louvor, porque realmente na filarmónica e a par das suas actividades funcionam as escolas de música. Por isso, importa muito que sejam apoiadas e este ano vamos apoiá-las com um subsídio de 100.000\$00 por cada escola de música, independentemente da distribuição de instrumentais. Acho que estamos no bom caminho.

Deputado Francisco de Sousa (PS) Sobretudo inaugurar o instrumental quando V. Exa. for à ilha!

O Orador: O Sr. Deputado José Carlos Simas perguntou-me, qual a situação da Igreja de S. Pedro em Ponta Delgada.

Esta Igreja com efeito - e é um belíssimo imóvel - não ficou inscrita no Plano intencionalmente, porque, como sabe, no princípio deste ano, por parte da Cimentação e utilizando a lei do mecenato, foi posta à disposição do Governo uma verba no montante de 20.000 contos. A Secretaria, que foi a recebedora desse montante, destinou 5.000 contos para a Igreja da Misericórdia na Ribeira Grande e 15.000 contos para a de S. Pedro. Entretanto, e por deliberação do Conselho do Governo, o projecto foi encomendado e está a ser aprontado pela Secretaria Regional do Equipamento Social. Portanto, tão depréssa nós tenhamos esse projecto vamos arrancar com a obra, que está financiada à cabeça com os primeiros 15.000 contos provenientes do mecenato e nesta verba de 1.500.000 contos para um programa especial para a Ilha de S. Miguel, mais uma vez ponho em evidência que aspectos culturais

e de património não foram descurados. Precisamente desse montante, 100.000 contos foram destinados para recuperação do património. Portanto, tudo o que faltar e vai faltar certamente porque a recuperação da Igreja de S. Pedro em Ponta Delgada é muita cara, estima-se em 50.000 contos, e o diferencial de 35.000 contos será suportado pelos 100.000 contos, que espero que venham a ser aprovados aqui, uma vez que estão integrados na discussão do Plano e Orçamento.

O Sr. Deputado Hélio Pombo fala-me no mau estado do Centro de Medicina Desportiva. Se o diz, eu não tenho razão para duvidar disso. Procurarei tentar emendar esta situação.

Falou de modalidades desportivas e tentou fazer uma pequena ironia, mas ouviu muito bem, porque eu enumerei algumas modalidades, não todas e não enumerei, de facto, a natação. Fala-me em piscinas ou tanques de aprendizagem, pois eu devo-lhe dizer que vão começando a aparecer, vai aparecer uma no complexo desportivo das Laranjeiras e no parque desportivo de Angra outra.

Lá iremos. São estruturas cujo interesse se reconhece e reconheço que a aprendizagem da natação, numa terra que está rodeada de água por todos os lados, é muito importante, mas são estruturas que, pelo seu montante e pelo seu ónus, naturalmente, irão surgindo à medida que se constroem novas instalações desportivas e elas vão sendo melhoradas e mais completas.

Aceito a sua observação como uma sugestão útil a somar aqui a este aspecto, se bem que já é matéria em que a Direcção Regional tem pensado e tanto é que já vai haver estruturas desportivas onde aparecem esses tanques de aprendizagem.

Em relação à modalidade prioritária, eu responderia dizendo-lhe que é prioritária a modalidade ou modalidades que mais, em torno de si mesmo, revelem o maior número de praticantes e interessados. Obviamente que, se houver mais praticantes no futebol ou no voleibol e menos no ping-pong, é mais prioritário o voleibol do que o ping-pong. Portanto não lhe posso responder mais do que isto.

Casa de Etnografia no Corvo, ainda bem que falou nesse aspecto. Por que a minha fala era bastante alargada, fui cortado nessa mesma fala e tinha aqui um passo da minha intervenção, que deveria ter lido, e diz o seguinte: "finalmente e muito embora ainda não conste como acção deste Plano para 88, a Secretaria Regional da Educação e Cultura vem desenvolvendo todos os esforços necessários para que se encontre um imóvel adequado para a instalação da tão desejada e solicitada, pelos corvinos, Casa Etnográfica do Corvo.

Para já irá designar-se um responsável que

deverá colaborar nesta tarefa de procura e selecção do imóvel, bem como na recolha e preservação de algum material, para futuro espólio somando àquele que já se encontra, de facto, nas Flores; como muito bem referiu.

Se no decurso do próximo ano, depois de escolhido e preparados todos os trâmites legais, for necessário criar condições financeiras para a aquisição do imóvel, tenho a convicção de que no âmbito deste Plano/88 não será difícil encontrar uma forma adequada para tal e de que não há-de ser por esta razão que será inviabilizado tal projecto, passando a Região assim a dispôr de Casas Etnográficas em todas as Ilhas". Portanto, está em curso e em andamento. Está a Secretaria, desde a visita do Governo ao Corvo, empenhada em o fazer e as dificuldades, como aqui se insinua, não serão as de ordem financeira, mas mais até pela disponibilidade do imóvel a encontrar. O Sr. Deputado Hélio Pombo se souber de algum ou se tiver alguma para vender, fazia o favor de me informar...

Deputado Hélio Pombo (PS): Ou para oferecer!

O Orador: Se fosse para oferecer melhor! Isso seria ouro sobre azul se fosse por oferta! ...ou o Sr. Deputado David Santos que também é eleito pelo Corvo.

Relativamente ao Pavilhão Gimnodesportivo da Horta, sei que o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social vai também intervir nesse campo e fazer uma espécie de inventário de situações concretas quanto a construções escolares e desportivas e, portanto, remeto a resposta para essa intervenção.

O Sr. Deputado Jorge Cabral fala-me na falta de segurança nas escolas anexas de Ponta Delgada, eu devo-lhe dizer que isso é realmente um problema complexo, porque há competências que são da Câmara Municipal e, como sabe, nesta onda de necessidades que tivemos, nós Secretaria da Educação e Cultura e Secretaria do Equipamento Social, de acudir a mazelas e a urgências imediatas, tem havido em torno desta questão que cita das escolas anexas, uma certa falta de articulação e a Secretaria tem procurado, junto da Câmara Municipal de Ponta Delgada, fazer essa pedagogia. Penso que agora com aquilo que está consignado no Plano, com a criação do programa, que é dotado com 60.000 contos para participação entre a Secretaria e as autarquias, esse problema poderá ser resolvido.

Quanto ao problema da segurança, evidentemente que isso também passa até pela própria Escola/Direcção Escolar e esta alerta as forças de segurança. A Secretaria não pode agora também criar um corpo de policiamento. Isto é um mero policiamento de rua, porque por acaso acontece esses tais parezinhos de namorados frequentarem um sítio mais esconso daquela rua. Portanto, é, um pouco, um problema de policiamento público.

Não se esperará que a Secretaria tenha um corpo de polícia. Quando foi com os inspectores ia-se levantando um grande alarido, porque julgavam que vinham polícias, quando afinal vieram foi colaboradores, pessoas que vêm secundar e ajudar a melhorar a qualidade e as condições do nosso ensino.

Deputado Francisco Sousa (PS): Esperamos!

O Orador: Quanto ao problema do leite racionalizado, eu devo dizer que a Direcção Regional da Administração Escolar através da Acção Social Escolar, tem, de facto, indicação e indicativos de como é que o leite deve ser distribuído, nem 8 nem 80, ou seja, há, através de informações no plano médico, até internacional, nem sequer é uma prática regional, aquilo que é aconselhável ministrar-se como suporte alimentar. O problema do leite aquecido, eu próprio revele aqui, com toda a inocência, que durante algum tempo julguei que aqueles quadrinhos de leite podiam ser aquecidos e deviam, coitadinhos dos meninos beberem leite gelado na força do Inverno, mas a informação que temos da Direcção Regional da Saúde é de que aquele leite não deve ser aquecido, porque perde qualidade e adultera-se até. Aquele tipo de leite - até já ninguém pensa nos velhos leiteiros de bilha de folheta ou caneca às costas a distribuírem leite à porta das escolas -...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...não deve ser aquecido e até fica com mau sabor, porque eu em casa quando aqueço leite de pacote, porque antes de me deitar bebo sempre um pacotinho de leite, um pacote como quem diz, um pacote é um litro, mas, enfim, um copo de leite...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...e ao beber, depois de alertado para essa circunstância, verifiquei que fica com um sabor estranho e tem que se atenuar esse sabor com chocolate, com "milo" que é aquele pó que os atletas usam!

(Risos da Câmara)

O Orador: O Sr. Deputado João Braga falou sobre o tríptico da Igreja dos Anjos. Cá está, esta é uma das tais perguntas que eu queria referir que o Secretário Regional não é, no momento, obrigado a saber. Este caso até sei. Sei que isto é um tríptico do século XVI de inestimável valor que está há 2 ou 3 anos na oficina do centro de restauro, anexo ao Museu de Angra do Heroísmo, que é um restauro altamente científico e altamente complexo. Também lhe posso dizer que esforçar-me-ei e alertado que estou sobre este assunto e também por si agora - para que esse restauro vá prosseguindo e uma coisa lhe posso garantir: o tríptico há-de voltar a Santa Maria; ninguém quer ficar com ele. Hoje,

na sociedade aberta e democrática, não há qualquer perigo dessas tentações fazerem vencimento. Bom, aquilo tem as suas fases de restauro e não lhe vou dar lições sobre isso, até porque não sei, mas parece que tem que haver tempos de secagem e, enfim, coisas muito técnicas e daí a demora, associada naturalmente a um grande volume e a uma relativa capacidade de resposta por parte desse centro. Basta dizer-lhe que só, e isto a título informativo, depois do sismo de 80, na ilha Terceira, foram recolhidas 400 telas - não estão restauradas nem podem sê-lo todas ao mesmo tempo - provenientes de Igrejas e Ermidas. Para concluir bastará dizer-lhe que centros como este existe um em Lisboa, um em Évora, que está encerrado, e o de Angra do Heroísmo.

No que diz respeito às questões postas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro e sobre a calendarização do Centro de Formação de Professores, não há dúvida que é urgente que no próximo ano lectivo o tenhamos a funcionar e foi isso que eu já publicamente manifestei da minha preocupação e do meu grande empenhamento, à viva força e de imediato, em tentar desbloquear uma situação que passa exclusivamente pela aprovação em Conselho de Ministros dum Decreto-Lei que cria o Centro, uma vez que só é da competência do Governo Regional, que o fez em tempo e a horas, propôr e eu próprio entreguei o projecto de diploma directamente em mão, neste caso, ao anterior Ministro da Educação João de Deus Pinheiro.

Sobre o encerramento do pré-primário para acções de formação, pois o ideal é que não encerre nenhuma escola por motivos de acções de formação ou por outros quaisquer, nos períodos normais de funcionamento. Se isso aconteceu, e possivelmente é algum exemplo que o Sr. Deputado conhece, pergunta-se: mais valeu estar encerrada nesse dia e a Sra. Educadora de Infância ter participado numa acção de formação que pode ter valência para o futuro? Af, entramos também numa discussão do que é que começou primeiro se foi o ovo ou a galinha. Mas, em princípio, não deve ser generalizado nem ao pré-primário, nem a outro nível de ensino, obviamente.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro deseja a palavra para mais algum pedido de esclarecimento?

Deputado Alvarino Pinheiro (CDS): Sr. Presidente, julgo que isto não devia contar para o meu tempo.

É só para lembrar ao Sr. Secretário que havia uma terceira questão relacionada com o parque desportivo de Angra, com os fundamentos de todos nós conhecidos, perguntava o que é que o Governo estava pensando fazer para compensar os vários anos de atraso, ou se estaria na disposição

de acelerar a implementação do parque desportivo ou se, apesar de tudo, ia manter o faseamento inicialmente previsto? Porque razão é que não acelera? Será falta de dinheiro? Será falta de vontade ou problemas técnicos?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário para concluir os esclarecimentos pedidos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (António Maria Mendes): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Não é falta de vontade, nem são problemas de outra ordem que não a conclusão do projecto, que será entregue até ao fim deste ano conforme foi anunciado em conferência de imprensa. A opção que a Secretaria fez, naquele momento, de associar determinadas fases que já estavam previstas, como sejam a iluminação e a bancada coberta, para esta fase e ela vai arrancar com o seu estádio e outras estruturas hão-de ir nascendo e até dependentes, porque não, das disponibilidades financeiras. Portanto, a aceleração que existe é ter-se já admitido que nesta altura se fizessem fases que estavam previstas para segundas ocasiões.

Quanto ao mais, compete ao Governo e à Secretaria balancear as necessidades reais dos açorianos e em certos momentos - e eu disse-o no início da minha intervenção - repensar e certamente até em alguns casos inflectir. Não se fez aqui, neste caso concreto, nenhuma inflexão, mas, de facto, há que balancear, porque não é condenável.

Ainda ontem ouvi, por parte da Oposição, que se prevê e que era altamente condenável o endividamento da Região, mas se tiver que haver que seja com aquelas necessidades primárias.

Apesar de tudo, com todos os atrasos, o parque desportivo de Angra vai arrancar em Janeiro, vai ter os seus 18 meses, esperemos, para conclusão desta fase, mas que, apesar de tudo, contra outras necessidades, não é a necessidade maior e a mais necessária, passe a redundância.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Hélio Pombo deseja a palavra para?

Deputado Hélio Pombo (PS): Eu tinha feito uma pergunta ao Sr. Secretário do Trabalho. Não sei se ele me vai responder dentro deste âmbito do desporto ou se será depois quando ele fizer a sua intervenção.

Presidente: O Sr. Secretário diz que responderá na sua intervenção.

Deputado Hélio Pombo (PS): Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Simas para uma intervenção.

Deputado José Carlos Simas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

O Plano é um instrumento que tem por finalidade

aproveitar as potencialidades regionais, visando o desenvolvimento da Região e promover o nível e qualidade de vida dos Açorianos.

É, pois, lícito esperar que dele resultem efeitos positivos nas áreas do desenvolvimento económico e social, bem como na valorização dos recursos humanos.

Recordo, rapidamente, o ponto em que nos encontrávamos há onze anos atrás e refiro-me, apenas, a S. Miguel, por ser a ilha onde vivo e que melhor conheço.

No aspecto de infraestruturas desportivas, éramos desprovidos de tudo.

As nossas vilas e freguesias nada tinham nestas áreas. As populações não tinham onde ocupar os seus tempos livres sadiamente. Passavam-nos, isso sim, em locais nada aconselháveis, nomeadamente tabernas.

Deputado Raimundo Mesquita (PS): E agora não vão!?

O Orador: Os desportistas então existentes eram muito poucos e forçados a praticar apenas, uma modalidade, o futebol.

Hoje, para além das estruturas desportivas públicas existentes, todos os estabelecimentos do ensino preparatório e secundário possuem recintos desportivos, que, para além, de servirem as camadas estudantis, estão, também, ao serviço da comunidade.

Hoje constata-se uma acentuada melhoria nesta área. Deram-se passos significativos. As lacunas existentes estão já diagnosticadas, encontrando-se a caminho de solução.

Prosseguir no caminho da evolução do projecto de desenvolvimento desportivo regional é um propósito que merece todo o nosso apoio.

Para concretizar e reforçar estes objectivos, já em parte atingidos, é necessário executar um conjunto de programas, que não só irão institucionalizar, sectorialmente, os sectores mais importantes, inerentes ao percurso deste processo.

Neste sentido, a definição dos objectivos de âmbito geral e sectorial serão preponderantes, entre os quais se destacam os seguintes:

- Divulgação do fenómeno desportivo e difusão da sua prática;
- Orientação no sentido de cumprimento integral das etapas de formação desportiva;
- Melhoria quantitativa e qualitativa da actividade da ilha;
- Intensificação da actividade regional, insular e nacional, ajustada à nossa realidade;
- Apoio ao intercâmbio desportivo, entre os jovens da Região, de forma a que o desporto seja um factor educativo na formação da personalidade humana;
- Planeamento e decisão sobre os investimentos das instalações desportivas na procura da sua modernização, rentabilidade e manutenção;

- Formação e aperfeiçoamento dos Quadros Humanos que irão ser veículo transmissor de conhecimentos indispensáveis à evolução do projecto de desenvolvimento desportivo;

- Intensificação dos apoios à área associativa, tendo em vista a criação de escolas e ensino desportivo no seio dos clubes.

Todos estes aspectos são fundamentais para o desenvolvimento do desporto regional.

A prática desportiva indica também o grau de evolução de um povo.

Apostar nesta área é apostar no desenvolvimento integral da nossa juventude e, ao fim e ao cabo, apostar no futuro dos Açores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

No aspecto educacional, embora reconhecendo, é certo, algumas dificuldades, constata-se que houve uma evolução positiva.

A minha geração não esqueceu ainda quem estudava no então Liceu de Ponta Delgada ou na Escola Industrial e Comercial da mesma cidade.

Eram apenas alguns, dos muitos que tinham capacidade de aprendizagem, mas que, por falta de recursos, não o podiam fazer.

Quando verifico as percentagens extraordinárias da frequência escolar dos últimos 8 anos, sinto uma revolta interior ao lembrar como foi sacrificada a minha geração, por força do centralismo atroz.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Muito bem!

O Orador: Mas, atenção, de quando em vez há de novo sinais restauracionistas, que por minha parte rejeito frontalmente.

Os estabelecimentos de ensino secundário eram apenas dois, o que ocasionava enormes custos para os estudantes do meio rural, permitindo apenas que algumas camadas a ele tivessem acesso.

Hoje, as escolas foram ao encontro das populações rurais, através da sua proliferação por toda a parte, elevando, conseqüentemente, o nível cultural das nossas gentes, coisa que, há poucos anos atrás era um privilégio de meia dúzia de pessoas.

Não fora a Autonomia Democrática hoje a situação seria bem diferente. Estaríamos decerto na situação de atraso cultural antes existente.

Por isto, pode-se afirmar que com a Autonomia Democrática a nossa Região deu um salto qualitativo, em diversos sectores.

É com confiança que encaramos o futuro e espero que o Plano, que iremos aprovar, seja, o instrumento político que ajude a concretizar os velhos anseios da população dos Açores.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 20 minutos.

(Eram 17,20 horas)

Presidente: Estão reabertos os nossos trabalhos.

(Eram 18.05 horas)

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Francisco de Sousa.

Deputado Francisco de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Assembleia Regional dos Açores está a debater, para aprovar, o último Plano Anual do segundo Plano de Médio Prazo para a Região, após ontem termos aprovado na generalidade esses mesmos diplomas.

O debate do Plano e Orçamento para 1988 coincide com uma situação política nacional e regional especial: 1988 é, em termos nacionais, um ano em que se começará a implementar a Lei nº 46/86, de 14 de Outubro, Lei de Bases do Sistema Educativo; em termos regionais, é um ano de eleições para a Assembleia Regional, o que implica um novo Governo.

De acordo com estes elementos há que desenvolver uma política: permanente e frutuoso diálogo entre os Órgãos de Soberania Nacionais e os Órgãos Regionais. É indispensável que o Governo dos Açores faça aquilo que não tem feito ao longo desta década de Autonomia: dialogar, conversar, estudar, analisar e até aprovar, nos Açores, medidas legislativas em coordenação com o que se faz a nível nacional.

Pretendo ao longo desta minha intervenção tratar na generalidade os programas e as dotações orçamentais referentes à Educação, Cultura e Formação Profissional, pelo que estas minhas considerações se situam essencialmente nestes sectores.

E, desde já, perguntava:

- Que acompanhamento tem dado a nossa Região às alterações decorrentes da Lei de Bases do Sistema Educativo que se preparam para o País?

Em que estruturas nacionais se integram representantes regionais?

- Que reuniões/encontros se efectuaram entre a "nova equipa do Ministério de Educação" e a "velha equipa da Secretaria Regional da Educação e Cultura"?

- O Senhor Ministro da Educação já recebeu o Senhor Secretário Regional?

- A Comissão da Reforma Educativa não integra ninguém dos Açores! Porquê?

- O Professor Fraústo da Silva é o coordenador de um dos Grupos de Trabalho criados pelo ME para elaborar um estudo sobre a actual situação dos programas e currículo dos ensinos básico e secundário. Os Açores têm alguém nesse Grupo?

- Na passada semana este Grupo já apresentou relatórios, dos quais eu possuo um exemplar. A SREC, sabe o que se passa? Já está na posse dos ditos relatórios?

- O Senhor Ministro da Educação estará esta semana na Assembleia da República a dar conta à Comissão da Educação, Ciência e Cultura das medidas que prevê implementar em 1988. A Região sabe alguma coisa dessas medidas?

- O Orçamento e o Plano em discussão não fazem uma única referência à implementação da Lei de Bases que no seu artigo 59º diz que "O Governo fará publicar no prazo de um ano sob a forma de Decreto-Lei, a legislação complementar..." sobre diversos assuntos de que destaco "gratuitamente da escolaridade obrigatória; formação de pessoal docente; Planos curriculares dos ensinos básico e secundário; ensino recorrente de adultos, etc."

Bastar-me -ia olhar para estas obrigações do Governo para "chumbar" o Orçamento e o Plano que me apresentam para 1988.

Analisando as propostas presentes continuam sem resposta, múltiplos problemas apresentados pelo Partido Socialista nesta Câmara, carências e necessidades da população dos Açores em geral e das Escolas, dos Professores e dos Alunos, em especial.

A lei impõe para dentro de 8 anos uma escolaridade obrigatória gratuita de 9 anos.

Os documentos em debate nada nos dizem sobre os dois grandes flagelos na educação: o insucesso escolar e o analfabetismo.

O Grupo Parlamentar do PS vê-se na obrigação de perguntar uma vez mais: que medidas, que projectos, que acções, que verbas, existem para combater nestas duas áreas?

No ano lectivo de 1985/86 dos 55.734 alunos que frequentaram o ensino ou foram sujeitos a avaliação, perderam o ano 18.010, repito, 18.010 alunos, não atingiram sucesso no actual sistema na nossa Região o que corresponde a 32,31%. Se quisermos desagregar por sectores de ensino teremos que no 1º ciclo do ensino básico perderam 9.272 alunos, no 2º ciclo 2.185, no 3º ciclo 3.123, no ensino secundário 2.098, no magistério primário e infantil 3, no ensino superior 366, no ensino artístico 181 e no ensino particular 782.

Se na Educação e no Ensino o rendimento das verbas dispendidas se medisse, apenas e somente, pelo sucesso escolar alcançado, teríamos que 32,31% das verbas investidas, foram mal investidas, conduziram a resultados negativos, não foram reprodutivas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque até já podemos fazer o mesmo tipo de raciocínio no ano lectivo passado, 1986/87, vejamos o quadro em dois níveis de ensino: 1º ciclo básico (antigo ensino primário) no 1º ano perderam 2.113 alunos, no 2º ano 3.605; no 3º ano 985 e no 4º ano 1.743, num total de 8.446, numa percentagem de 21,3%; no 2º ciclo de ensino básico (antigo ciclo prepa-

ratório) no 5º ano perderam 1.513 alunos, no 6º ano 847 e no curso intensivo 104, num total de 2.464, numa percentagem de 27,4%. Em relação ao ano anterior houve uma melhoria de 3,2% no 1º ciclo e um abaixamento de 1,3% no 2º ciclo.

É caso para se inquirir: o Plano para 1987 previu algumas acções que conduzissem à melhoria desta situação? Nenhuma! O Plano para 1988 traz alguma resposta a este problema que abrange milhares de crianças e jovens preocupando milhares e milhares de pais e encarregados de educação na Região? Nenhuma!

A única alternativa que resta é o Partido Socialista subscrever e apresentar propostas de acções que conduzam a uma melhoria desta situação e a maioria parlamentar do PSD aceitá-las dando o seu voto favorável. Igual posição deveria tomar o CDS e o PCP.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O segundo aspecto grave deriva dos resultados enunciados: o aumento, ou pelo menos, a manutenção de um alto índice de analfabetismo na Região.

Como é de todos conhecido, o Partido Socialista tem vindo, ao longo dos anos, a bater-se pela realização de um trabalho sério e honesto neste âmbito.

Pela primeira vez tem a possibilidade de concretizar as suas críticas apresentando uma alteração ao Orçamento e ao Plano, criando um novo programa no sector da Educação destinado à elaboração e início de concretização de um Plano Regional de Alfabetização e Educação de Base de Adultos no montante de 22.000 contos. É uma verba pequena, diríamos melhor, muito reduzida para tal objectivo.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, porque nada existe, ou se existe não se vê, nesta área, entendemos que este montante seria o indispensável para se arrancar com tal acção. São necessários estudos, levantamentos, é imperioso avançar-se com esquemas aliciantes para trazer os analfabetos à Escola, são imprescindíveis novos meios humanos e técnicos, até transportes. Estão cá os meios humanos!

Cada vez mais se sentirão os efeitos do alargamento da escolaridade obrigatória para 9 anos em determinados estratos etários e sociais da população açoriana. Dos 15 aos 45 anos, nos sectores da agricultura, silvicultura, pecuária, pescas, construção civil, são aos milhares os trabalhadores sem diploma de 4º ou 6º ano de escolaridade.

O Partido Socialista não possui os meios técnicos, os elementos estatísticos, os dados, que fundamentam muitas das verbas apresentadas quer nas Receitas quer nas Despesas de Orçamento quer ainda os que conduziram à elaboração da proposta do Plano nos sectores que me propus tratar. Todavia, com base no conhecimento que

temos dos Planos anteriores e dos Relatórios de Execução dos mesmos, é para nós claro que, quer este Governo quer os anteriores, nunca definiram questões importantes como:

- Que tipo de formação devemos dar aos nossos jovens para que ingressem mais facilmente no mundo do trabalho?

- Que tipo de escolas devemos construir na Região para darmos resposta à necessidade de técnicos nas áreas económicas que eventualmente foram consideradas prioritárias na Região?

- Que tipo de preparação teremos de dar aos nossos alunos para ingressarem na Universidade dos Açores e obterem um maior e melhor sucesso escolar?

- Que formação iremos dar aos docentes a fim de combatermos o insucesso escolar?

O Partido Socialista a estas e outras questões dá respostas.

- É necessário que a Escola Secundária das Laranjeiras complete o equipamento de informática, que desapareça a aberração que é ter a opção de Educação Física não possuindo instalações desportivas.

É necessário que a nova Escola Secundária da Praia da Vitória tenha uma área de informática, de metalomecânica e de electrotécnica se o Porto Oceânico for aquilo que a opinião pública julga que será;

- É necessário que a nova Escola Secundária de Angra do Heroísmo tenha as áreas de ciências agrárias, produção animal e produção vegetal aproveitando a existência da Granja da Universidade e a localização do Pólo Universitário da Terra Chã;

- É necessário que a nova Escola Básica e Secundária da Madalena do Pico tenha uma forte componente na área das pescas;

- É necessário que a nova Escola Secundária da Lagoa possua meios humanos e materiais na área do turismo;

É necessário que a Escola Secundária Domingos Rebelo forme muitos mais jovens na área da electotécnica.

- É necessário que a Antero Quental forme mais jovens na área de secretariado e contabilidade.

Todos nós falamos em Autonomia; e o PSD e o Governo Regional querem arvorar-se como sendo os maiores autonomistas. Mas vejamos na prática o que fizeram no sector da Educação para tal. Que se saiba nada! Até para deixarem de construir as horrendas escolas que professores e alunos detestam, foi necessário o PS gritar bem alto desta e doutras tribunas que as Escolas metiam água...

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Não apoiado!

O Orador: ...por cima, por baixo, por todos

os lados e em parte a culpa foi sua Sr. Secretário Regional do Equipamento Social.

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Temos aqui as datas!

O Orador: Foi necessário que nós gritássemos para que se passassem a construir novas escolas para o 2º e 3º ciclo do ensino básico e no ensino secundário. O PS levanta de novo a voz e, expressando o sentimento de dezenas de professores da Região, clama por uma pausa nas construções do Programa P1 a fim de serem elaborados novos projectos tipo que respondam em simultâneo às condições:...

Secretário Regional do Equipamento Social (Germano Domingos): Vem tarde!

O Orador: O Sr. Secretário até desconhece o que é o 1º ciclo, que é o antigo ensino primário. Vem de muito longe!

...climatéricas, urbanísticas, paisagísticas, pedagógicas, científicas, incluindo num mesmo edifício a educação pré-escolar e o 1º ciclo do ensino básico.

Para isso iremos apresentar uma proposta alternativa ao Programa P1 destinado a Instalações para Educação Pré-Escolar e 1º ciclo do ensino básico.

Concretizar na prática a Autonomia no âmbito de Educação seria, por exemplo, criar um grupo de trabalho constituído por docentes de diversos níveis de ensino que teria por objectivo elaborar um programa e currículo dedicado a disciplinas como História, Economia, Biologia, dos Açores, a leccionar como disciplina de opção aos alunos do 10º, 11º e 12º anos, com vista ao ingresso na Universidade dos Açores nos cursos equivalentes....

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): E porque não obrigatório!?

O Orador: ...Mas, atenção Srs. Deputados e Sr. Presidente do Governo Regional, estas disciplinas seriam de opção e apenas para aqueles anos, ou seja, a partir da escolaridade obrigatória básica.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Essa tinha que ser na rasoira!

O Orador: Porque V. Exa. sabe que os alunos de todo o País têm que ter o mesmo currículo para entrarem nas Universidades.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Não sabe nada! Segue adiante que ele não sabe nada!

O Orador: Sr. Presidente,, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O resultado de uma obra depende sempre, em primeiro lugar, do artesão. Porque assim pensamos, e transponto para a Educação, o sucesso escolar dependerá em grande parte da qualidade científica e pedagógica dos docentes.

No ano lectivo de 1985/86 leccionaram no ensino oficial 3.195 docentes e no particular

205; vejamos um exemplo, em pormenor, para nos apercebermos da situação gravosa da falta de formação: no 2º ciclo do ensino básico-preparatório leccionaram 721 professores dos quais 285 possuíam ou estavam a concluir a habilitação profissional, 157 tinham habilitação própria mas sem estágio pedagógico, 120 possuíam apenas habilitação suficiente sem estágio pedagógico e 159 não possuíam sequer habilitação legal. Isto é, 36% era de facto professores de "corpo inteiro", 2% estavam em formação, 22% necessitavam de efectuar formação na área de ciências da educação e 40% não tinham qualquer formação ou carenciavam de terminá-la na área científica e pedagógica. Por outras palavras: 40% pouco ou nada tinham a ver com o ensino, em termos de formação, 40% daqueles docentes não seriam aceites em qualquer outra profissão. Contudo, para leccionar, o Estado Português admite, tudo e todos. Porque assim é, o PS apresentará duas alterações ao Orçamento e ao Plano, para começar-se a modificar este quadro ou pelo menos, atenuar os efeitos da falta de formação de muitos candidatos que chegam ao ensino ou que deles carece o sistema.

Assim, propomos que se aprove uma verba de 15.000 contos (quinze mil contos) no Programa P3 para a criação e estruturação do Centro Integrado de Formação de Professores CIFOP - no âmbito na Universidade dos Açores.

Não nos podemos esquecer que este já é o segundo "ano zero", em que não se matricularam alunos nas Escolas do Magistério Primário e Educadores de Infância, que já muita falta fazem nos Açores.

Por outro lado criamos um novo Programa P19.13 destinado à Formação Profissional na Educação no montante de 50.000 contos (cinquenta mil contos) para apoio a encontros de profissionais de educação e à execução do Plano Anual de Formação e Actualização dos Professores que foi reivindicado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura aquando da transferência dos serviços periféricos em 1977 e 1978 e consagrado no diploma que as efectuou, ou seja, no Decreto-Lei nº 338/79 de 25 de Agosto no seu artigo 6º, ponto 1, alínea c). Esta é uma obrigação dos órgãos próprios da Região, que está a fazer uma década, sem que algum dia, alguém lhe tenha dedicado **qualquer tempo. Chegou a hora! Vamos aprovar verba para a sua elaboração e execução!**

O Programa PS contemplando algumas novas escolas não o faz em duas que consideramos fundamentais: Povoação e Angra do Heroísmo.

O Concelho da Povoação passará, não sendo contemplada a proposta PS, a ser o único concelho dos Açores, que em 1988 terá o ensino obrigatório não coberto por um estabelecimento oficial, atendendo a que a Escola da Madalena do Pico

se irá iniciar. O PS não pode aceitar que o Concelho da Povoação seja desprezado pelo Governo Regional, abandonado pela maioria ao destino de por mais uns quantos anos não ter ensino oficial no 2º e 3º ciclos do ensino básico. A escolaridade de 6 anos é obrigatória para quem nasceu a partir de 1 de Janeiro de 1967. Já lá vão 20 anos! Será que a Povoação vai continuar a não ter ensino oficial? Por mais quantos anos?

Atendendo a que o Programa P6, em 1985, com 60.000 contos, se gastaram 35.800 contos ou seja 59%, em 1986 de 125.000 contos dispenderam apenas 54.300 contos ou seja 43%, em 1987 orçamentaram-se 150.000 contos, havendo em 31 de Agosto compromissos assumidos apenas no valor de 16.800 contos, fácil é concluir, de que nem haverá 50% de execução, pelo que o PS propõe que se retirem dos 125.000 previstos para 1988, 50.000 contos a serem aplicados no programa P2 na nova Escola da Povoação para o 2º e 3º ciclo do básico e ensino secundário e igualmente numa nova Escola em Angra do Heroísmo para o 2º e 3º ciclo do ensino básico, atendendo à superlotação da actual Escola Preparatória de Angra e com vista à cobertura da escolaridade obrigatória de 9 anos da zona oeste do concelho entre Angra e Biscoitos.

Não deixa de ser curioso que este programa, durante o presente PMP - Plano de Médio Prazo - , não consiga atingir uma execução média de 50% quando existem centenas e centenas de crianças e jovens das escolas dos Açores que não têm aulas de Educação Física, ou as tenham em horário reduzido, por falta de instalações: Escola Preparatória de Santa Cruz das Flores, Escolas Preparatórias e Secundárias da Horta, Escola Preparatória da Ribeira Grande, Escolas Secundárias Antero de Quental, Domingos Rebelo, Laranjeiras, por exemplo.

Entende o Grupo Parlamentar do PS que do Programa P4 deve ser retirada uma verba de 25.000 contos e atribuí-la aos Programas P7 e P8. Assim a importância de 15.000 contos deveria ser somada ao Programa P7 destinando-se a apoios não só às 106 filarmónicas existentes, mas, igualmente, às Casas de Cultura, Ranchos Folclóricos, Tunas, Grupos de Animação Cultural, Bibliotecas Rurais, COFIT, Alpendre, Maré de Agosto, Semana do Mar, Institutos Culturais, etc..

Os sobranes 10.000 contos devem ser atribuídos ao programa P8 destinando-se ao reforço da verba para a cobertura televisiva de ilhas e zonas céntricas que, ainda hoje, continuam com acesso deficitário a esse meio de comunicação social.

Por último, e muito mais importante, uma inovação no Orçamento do Estado para 1988 é a possibilidade que existe, agora, de a Educação ser apoiada com fundos provenientes do FEDER, depois de ter sido aprovada uma norma, segundo

a qual, uma percentagem de 30% dos subsídios provenientes deste fundo, ser destinada a projectos na área educacional.

Sendo assim, pergunta-se aos Senhores Secretários Regionais das Finanças e da Educação e Cultura o que sabem sobre esta norma? Será aplicada nos Açores? O que significará em termos orçamentais?

Independentemente de considerarmos que o Programa P5 possui uma dotação diminuta, para as acções a que se destina, sobretudo se atendermos a que as Escolas tipo "Plano dos Centenários" e "Plano de Construções" se encontram apetrechadas de material didáctico das décadas de 50 e 60, reforçamo-lo com 10.000 contos (dez mil contos) retirados do Programa P1, destinando-se este reforço à aquisição de fotocopiadoras para os docentes da Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico.

É público, que aqueles educadores se socorrem das mais variadas fontes para fotocopiarem as fichas diárias de trabalho para os alunos, "pedinchando" a tudo e todos, se me é permitido usar o termo, a caridade de tirar umas quantas fotocópias, a fim de terem um documento com um mínimo de qualidade para apresentarem aos alunos. É frequente, pedirem às Câmaras Municipais, Instituições Bancárias, Empresas Públicas, Entidades Privadas. Em nosso entender essa é uma "humilhação" que não se lhes pode, nem deve, pedir. Estamos na Era da Informática. Os alunos já exigem, e com razão, do professor, a apresentação de um documento com o mínimo de qualidade. E, não podem ser os professores a pagar do seu bolso esse serviço ou ficarem a dever um especial favor à pessoa "A ou B". Com todo o rigor, essa é uma obrigação que pertence ao Estado, neste caso, à Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta a apreciação que fazemos ao Orçamento e Plano para 1988 nos Programas P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P19 que entendemos dever merecer a aprovação desta Câmara, a fim de que os documentos em apreço atinjam alguns dos objectivos neles consagrados.

Disse. Muito obrigado.

(Aplausos do PS e PCP)

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado António Silveira.

Deputado António Silveira (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

O aforismo "Nem só de pão vive o homem", ocupa hoje um lugar comum na linguagem corrente.

Mas ele encerra em si, uma verdade ou significado, que o tempo não extingue, tornando-a sempre viva e actuante.

E, felizmente nesta Região, num esforço que se tem de reconhecer ser notório, a expressão cultural nas suas mais diferentes cambiantes, bem como a perservação e valorização do património histórico-cultural regional tem recebido, quer do Governo, quer por um renovar de energias de muitas instituições culturais existentes nos Açores, um carinho e um tratamento, que me apraz registar, sendo embora um leigo na matéria.

Mas há coisas ou observações que fazemos no dia a dia e ao longo do nosso Arquipélago, que nos leva a afirmar, com propriedade, que existem nos Açores património cultural e intelectual de elevada riqueza.

Podemos dizer que um dos objectivos apontados pelo Governo Regional no PMP se tem cumprido, ou seja, a criatividade cultural dos indivíduos e dos grupos nas mais variadas formas de expressão.

Tem essa aposta governamental, muitos vectores caracterizadores e expressivos de cultura rural regional, como sejam: as nossas filarmónicas, tunas, grupos de teatro ou ranchos folclóricos, que não seriam hoje, mais do que uma pungente saudade, ou algumas relíquias esquecidas e maltratadas, numa sociedade em que o progresso conseguido, faz por vezes esquecer o sentido de solidariedade ou cooperação humana e monetária, que algumas figuras, num sentido altruista, ou na maior parte das vezes, como forma de afirmação pessoal e local, iam mantendo de pé, com o contributo também, de alguns dólares, chegados de longe.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

As Casas de Etnografia e o Museu de Baleeiros, fruto também da Autonomia Regional, são peças fundamentais para a recolha, perservação e conservação de material de alto valor histórico-cultural, dando vida a essas obras de arte ou objectos tradicionais que são o testemunho vivo de épocas passadas e atestam a identidade e a história da própria ilha e da sua gente.

As ilhas - cada qual, ficou mais rica de património, tornou-se mais fácil e acessível a leitura de maneira muito peculiar de viver e sentir que cada uma encerra, facultando-se a possibilidade dos jovens que hoje invadem as nossas escolas, dos intelectuais e turistas que nos visitam, de puderem observar e analisar, em local próprio - na terra de origem desses documentos - retalhos de história do seu pequeno mundo, porque quer queiramos quer não, **uma ilha será sempre um pequeno mundo**, mundo esse que, enfim, cada vez, terá de ser mais aberto, solidário e cooperante com os outros mundos - ou seja - as outras ilhas.

As nossas casas de etnografia - quais tesouros vivos, ou pedaços de alma ilhoa - são muitas

vezes, o coroar dum trabalho, de recolha e perservação e acima de tudo, de muito carinho posto nesse trabalho, por muita gente voluntariosa, desinteressada e por vezes esquecida, que infelizmente, ainda hoje é possível encontrar um pouco por todas as nossas ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Por vezes, sem grande alardes, sem grande publicidade, mas com muita persistência e sacrifício, nas nossas ilhas, vão-se formando pequenos núcleos de inestimável valor sócio-cultural, que com base nesse mesmo valor se auto-projectam e vão colhendo apoios técnico-científicos e políticos, esses também, tendo por fundamento, uma análise objectiva e real ao seu valor.

Entre essas realizações, reconhecido é salientar o trabalho levado a cabo pelo Pároco da Matriz de Velas, conseguindo aquilo a que os Jorgenses já chamam o seu Museu de Arte Sacra.

Testado o valor histórico das obras de arte, estátuas e telas recolhidas e ainda o testamento escrito de muitos entendidos na matéria, foi possível, muito recentemente, aquando da visita do Governo Regional àquela ilha, e pelo titular da área da cultura, verificar "in loco" a viabilidade da obra, e foi conseguida a vontade política imprescindível, para ajudar a dar corpo e vida, a um projecto, que é efectivamente uma "pedrada no charco" no ambiente cultural Jorgense.

Descomplexadamente, e na área que lhe é possível actuar, o Governo tem de encarar, desde já, essa perspectiva, no pressuposto de que efectivamente, temos de dotar as Velas, do seu Museu. Será logicamente um Museu à medida das suas realidades e dentro das possibilidades económicas que lhe concedam, sem o complexo de poder algum dia vir a acompanhar em riqueza ou historial os seus congéneres regionais, mas terá isso sim, de todos nós, o empenho e a firmeza necessária para lhe dar vida, digamos uma vida longa e proveitosa a bem da cultura Jorgense e Açoriana.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Gostaria também na área da Educação, de trazer a este debate, uma ideia e uma preocupação, que se prende com a criação em S. Jorge, do 10º e 11º anos de escolaridade.

É evidente que neste ano lectivo não foi possível pôr a funcionar em S. Jorge o Ensino Secundário, por motivos que aceito serem de natureza técnica, e na preocupação de trazer uma qualidade que efectivamente se deseja para aquele grau de ensino, e que parece não existir em ilhas, onde ultimamente se procurou apressadamente implementar aquela experiência.

Por outro lado, e aí reside a minha preocupação, não podemos com base na ideia de que não

existem, professores com qualificação suficiente e necessária para ministrar esse grau de ensino, adiar "ad eternum" essa reivindicação justa sob o ponto de vista, essencialmente de fixação à terra de origem e de possibilitar a alguns jovens com menos recursos financeiros, ir um pouco mais longe na sua educação, pese embora o esforço financeiro que o Governo já suporta na deslocação para centros onde se ministra esses anos.

Penso pois, porque julgo que não foram esgotados todos os mecanismos existentes, que o Governo Regional deve procurar em colaboração com as Autarquias (na área da construção de habitação para os professores, quero dizer) procurar encontrar os caminhos necessários, dentro da legalidade e da justiça social que pratica, para que a breve prazo essa pretensão justa dos Jorgenses, tenha concretização.

Disse.

(Aplausos do PSD e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Não queria deixar de trazer a este debate alguns pontos de vista e algumas preocupações do PCP sobre as questões que agora estamos a tratar e que dizem respeito à educação, à cultura e ainda a um programa de apoio à comunicação social - em termos que terão que ser necessariamente muito breves, porque a disciplina regimental adoptada impõe um determinado tempo e eu tenho que administrá-lo o melhor que me seja possível, até porque tenho que dar contributos noutras áreas.

Ao longo destas horas de hoje já se ouviram muitas afirmações, já se ouviram algumas propostas, já se ouviram alguns louvores, já se ouviram muitas palavras. Permitam-me que reflecta que não se ouviu, talvez, da parte do Governo e da parte do PSD, muito sumo.

O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, a dada altura - referindo-se alguém da oposição que teria mostrado grande receio pelo endividamento - falou no endividamento da Região.

O Sr. Secretário é capaz de não ter dado a devida atenção, ontem, em relação a este problema, mas, de qualquer modo, chamo o assunto agora aqui, porque o Sr. Secretário Regional e a sua Secretaria não contribuirão muito para o eventual endividamento da Região. E digo isto porque, se olharmos a execução financeira - e já não vou aos outros anos da área da educação no ano em curso e referente a 31 de Outubro, a sua Secretaria apenas assumiu compromissos, nos programas que dizem respeito à Educação,

no valor de 35% do total orçamentado no ano passado - o que é manifestamente baixo no último dia do antepenúltimo mês deste ano.

O Sr. Secretário, naturalmente, a continuar com este grau de execução, a continuar com este empenho a executar aquilo que propõe, certamente que não vai contribuir para nenhuma situação complicada de endividamento. Esta observação é necessária porque se liga a um problema muito sério que é o de saber, nos diversos sectores, se aquilo que é proposto, se aquilo que está orçamentado, efectivamente é realista, é rigoroso e corresponde à capacidade executiva dos diversos departamentos do Governo, ou se, pelo contrário, tem uma carga de propaganda grande ou se tem a intenção de criar artificialmente um défice exagerado. Este problema, numa discussão de especialidade, tem de ser exaustivamente explicado e ainda não ouvi explicação capaz - no que toca ao sector que estamos a apreciar - para este grau de execução. Todos os 6 programas da educação têm, até 31 de Outubro, um grau de execução, em compromissos assumidos, muito baixo - com excepção do programa 5 que se situa nos 76,5%, o que é aceitável. O Programa 3 - "instalações para o ensino superior" - aparece com um grau de execução, em compromissos assumidos, de 3,5%. Isto merece, do meu ponto de vista, uma explicação a esta Câmara.

Ouvi, na longa exposição do Sr. Secretário (de 45 minutos) em que relatou as actividades da sua Secretaria e, ao mesmo tempo, procurou defender-se (o que é natural!) de alguns possíveis ataques que pudesse ter, da parte da Oposição, usando a velha tática militar de, "atacando para se defender", mas em relação a algumas áreas o Sr. Secretário continuou, como em anos anteriores, a dar explicações pequenas, insuficientes, ou, na nossa opinião, não aceitáveis. Seria importante haver uma explicação mais aceitável da teoria do Governo - daquela que tem sido, ao longo destes anos, a posição do Governo - sobre o problema da educação pré-primária, teoria essa que subsiste em não se aceitar que a mesma tenha uma programação própria. Teria de haver também uma explicação mais detalhada sobre o ponto concreto em que se encontra a passagem do ensino especial para a tutela da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Esta programação levanta algumas questões que gostaria de referir.

O Sr. Deputado Francisco Sousa referiu e é também uma antiga preocupação do PCP e sobre a qual nos temos manifestado a diversos níveis - a questão da Escola Preparatória da Povoação. Efectivamente, torna-se necessário que esta Assembleia aqui e agora, nesta discussão e nesta votação, desencadeie os mecanismos necessários para que este processo (da criação duma Escola

Preparatória no Concelho da Povoação) seja aberto.

Não é aceitável que, no ano de 1988, subsista o Concelho da Povoação sem ter uma escola do ensino preparatório oficial.

Ninguém está a pedir que a escola apareça amanhã; está-se sim, a propôr que o processo seja encetado para que não demore, demasiadamente, a resolução deste assunto!

Em lembraria - talvez para sensibilizar melhor os Srs. Deputados da maioria e o Governo - que há posições de todas as chamadas "forças vivas" do Concelho da Povoação, incluindo autarcas do PSD - e digo autarcas do PSD porque foi-me mandado, pelo correio, em papel timbrado do PSD, um documento de uma reunião (certamente o Sr. Presidente da Comissão Política Regional do PSD conhece-o) em que essa questão é colocada com muita força.

Toda a população do Concelho da Povoação levanta este problema, e não é aceitável que continue a passar o tempo sem se abrir uma porta para a resolução do mesmo. Em nossa opinião, essa porta tem que ser aberta, agora, nesta discussão e quando votarmos as competentes propostas de alteração que irão ser apresentadas neste sentido.

Chamava também a atenção desta Câmara para a necessidade de ser completado o que falta de vedação, e especialmente de instalações gimno-desportivas, na nova Escola dos Arrifes.

Penso que seria também oportuno ser dito aqui o que é que se pensa - ou o que é que já há pensado - relativamente à localização da futura (que está no Plano) Escola Preparatória da Horta. Vários deputados colocaram já questões relacionadas com este assunto.

Gostaria também que, para além das questões de calendarização, para além das lamúrias que o Sr. Secretário aqui trouxe relacionadas com o facto do antigo Ministro da Educação não ter eventualmente atendido devidamente (e é perfeitamente condenável que não o tenha feito) e dado seguimento ao assunto até à data, para além de tudo isto, dizia, é necessário que o Governo Regional ponha efectivamente uma calendarização - e insisto neste ponto - e também a sua intenção em relação às extensões que esse CIFOP terá ou não e quando. Isto tem que, em nossa opinião, ser dito com clareza.

Quanto ao problema das residências para estudantes, repare que, na desagregação espacial, vem, para uma residência na Nordela, a quantia de 5 mil contos para substituir a actual residência que lá existe.

Sabendo como está o preço da habitação, e como está escrito na proposta que é para construir, no próximo ano, essa residência, eu gostava que me fosse dada uma explicação sobre esta quantia que, obviamente, não chega - a não ser

que seja (que não será!) uma casa com duas divisões para 3 estudantes. Como não é isso, naturalmente, penso que era importante uma explicação sobre esta questão.

Lembrava, também, que as autarquias deste Concelho da Horta, Ilha do Faial, há muitos anos que levantam o problema duma residência de estudantes aqui - e que não é contemplada. Gostaria que, se possível, esse assunto fosse esclarecido.

Lembrava, ainda, que este Programa 4-de que estou a falar neste momento - tem um aumento de 50% e tem um grau de execução, em 31 de Outubro, de 36,1%.

A ideia que fica é a de que, neste sector da educação, as coisas estão demasiadamente emoladas em termos de verbas e do crescimento delas. Muito mais coisas teria a dizer. Não posso, porém, gastar demasiado tempo porque senão não posso abordar outros sectores. No entanto, e relativamente às questões da cultura, queria referir duas ou três ideias.

Não foi por acaso que o Sr. Secretário da Educação e Cultura, Dr. António Maria Mendes, quando falava deste assunto, olhou para a bancada onde me sento, e não foi por acaso que na tal tática militar adoptada por um civilista de atacar, defender e atacando, referiu logo que aquilo que o Sr. Secretário estava a dizer era o que eu defendia. O que o Sr. Secretário disse não tem nada a ver com aquilo que eu defendo em relação a estes aspectos. O que eu defendo e que é partilhado pela Comissão dos Assuntos Sociais - e repare-se no relatório que foi no outro dia aprovado sobre isto e que não foi partilhado, por sua vez, pela Comissão dos Assuntos Económicos e Financeiros que pôs esta ideia de parte no relatório final que fez - mas a Comissão dos Assuntos Sociais diz, a dada altura: "parece que seria útil e conveniente que neste sector (está a referir-se à Cultura) venham a surgir novos programas que permitam a apreciação, por parte da Assembleia Regional, da utilização de verbas, de fundos, cujos montantes são significativos." Obviamente a Comissão está a referir-se - e eu referi-o o ano passado, há 2 anos e há 3 anos - ao problema do "Fundo da Acção Cultural". Ao problema da capacidade política que o Governo quer deter exclusivamente na sua mão, administrando directamente esse "Fundo da Acção Cultural". O problema é que as actividades que esse Fundo desenvolve podem e devem ser programadas, podem e devem ser discutidas nesta Assembleia e não é aceitável que esta situação continue desta forma.

O "Plano para 1988", como todos os outros e como o Plano de Médio Prazo, está concebido de uma maneira que, efectivamente, a Cultura é encarada como um conjunto de acções no que

toca a obras de cimento armado e fardamentos para filarmónicas e mais nada!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Não apoiado!

O Orador: Está encarado assim! O Governo reserva-se o direito de tudo o resto que faz, e que faz na Cultura, não se remeter a esta Assembleia, não se remeter a uma programação, não se remeter a uma discussão pública.

Ora, esse direito é abusivo e, portanto, isto pode ser programado. Não tem nada a ver com aquilo que o Sr. Secretário da Cultura estava a dizer, que é meter em computadores e carregar em botões. São as formas jocosas que ele encontra para disfarçar ideias que não têm efectivamente defesa e, assim sendo, torna-se absolutamente necessário que, também neste aspecto, alguma coisa seja alterada.

Seria muito bom que houvesse a coragem política de alterar este ano!...

Não poderei gastar muito mais tempo. Em relação à questão da Comunicação Social queria colocar um problema que me parece muito importante e urgente: está a tratar-se há longos anos do problema da cobertura radiofónica e televisiva e estão a tomar-se medidas arrastadíssimas para resolver este problema, havendo a esperança de que, no próximo Verão, segundo se diz, essa questão seja resolvida.

Gostaria de colocar outro problema:

No Projecto 8.1, em relação à cobertura radiofónica, fala-se em equipamentos e em infraestruturas. O problema que aqui queria colocar diz respeito às actuais instalações da sede da RDP dos Açores. Quem conhece essas instalações sabe que aquilo não tem o mínimo de condições, nem para uma simples rádio local, quanto mais para uma estação oficial extremamente importante e que tem obrigação de fazer um trabalho que cobre toda a Região e tem a obrigação de o fazer, na nossa opinião, 24 horas por dia. Não tem condições de trabalho, nem para os jornalistas, nem para os produtores, nem para os realizadores, nem para os técnicos, nem para ninguém!

Já que a RDP não encara esta situação, penso que, da mesma forma que se tem feito em relação a problemas técnicos das antenas dos emissores, que seria oportuno, necessário e urgente que a Região tomasse esta questão - pelo menos em parte - a seu cargo e que fossem dados passos para que este problema fosse efectivamente equacionado e resolvido de uma vez por todas porque não é aceitável que continue assim por muito mais tempo.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral):
Se passar a RDA!...

(Risos do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Adelaide Teles.

Deputada Adelaide Teles (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Com esta minha intervenção não pretendo falar das múltiplas acções desenvolvidas nas áreas da Educação e da Cultura. Os seus efeitos são conhecidos de todos, havendo alguns que preferem esquecer o ponto em que se encontravam os Açores há 11 anos para não reconhecerem o grande avanço que foi dado.

Os programas da Secretaria Regional da Educação e Cultura têm vindo a ser cumpridos e consequentemente os objectivos conseguidos. Nem tudo está feito nem estará nunca, porque a Educação e a Cultura são processos dinâmicos e nunca acabados.

Ao Governo cumpre proporcionar as condições, apoiar e estimular, mas a dinâmica do Governo, para ter toda a eficácia, precisa de encontrar receptividade e igual ou maior interesse por parte das populações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Passo a referir-me a alguns dos programas do Plano que foram objecto da minha análise.

É com enorme satisfação que vemos contemplada no Plano para 1988 a ampliação das Escolas Primárias das Fontes e de Santa Cruz da Graciosa, com a construção de mais uma sala na primeira e de duas na segunda. Para estas obras está consignada no Plano a verba de 6.000 contos.

A sala de aula que irá ser construída nas Fontes destina-se ao 2º lugar que já está criado e em funcionamento em regime de curso duplo. Contudo, achamos que, apesar de colmatar uma deficiência, só essa sala não satisfaz, porque há toda a conveniência em se criar naquela localidade uma classe de ensino pré-escolar. Havendo naquela zona famílias de baixos recursos económicos, parece-nos ser conveniente dotar a escola de balneários que muito poderão contribuir para a criação de hábitos de higiene.

Não basta construir na Região novas instalações escolares. É importante a conservação e a reparação das existentes a fim de se evitar a sua degradação.

Verificamos que o projecto 4.1 resulta do que preceitua o artigo 2º do Decreto Legislativo Regional nº 31/86/A, de 11 de Dezembro e tem por finalidade cooperar financeiramente com as Autarquias nos programas de "grande reparação" que sejam empreendidas nos edifícios do ensino primário. Neste projecto as verbas encontram-se desagregadas, sabendo-se já o que irá ser concedido a cada uma das ilhas. A Graciosa é contemplada com 2.000 contos. Igual montante

é atribuído para a conservação e reparação das instalações do ensino preparatório daquela ilha (Projecto 4.2).

E a propósito não posso deixar de fazer referência à beneficiação de que foram objecto dois dos pavilhões daquela Escola Preparatória, cujos tectos foram totalmente remodelados, sendo a cobertura de fibrocimento substituída por telha normal. Julgamos ser de toda a conveniência que idênticas obras se façam nos tectos dos outros dois pavilhões.

Há programas que, tendo aplicação directa apenas em 2 ou 3 ilhas, beneficiam todas. É o que acontece com o Programa 3 que diz respeito a obras nas instalações para o ensino superior. A investigação científica, a prestação de serviços e a formação de professores e de outros técnicos destinam-se a toda a Região.

São muito úteis as residências, para estudantes, existentes nas ilhas de S. Miguel e Terceira para os alunos das ilhas onde ainda não existe o ensino secundário.

É com agrado que se constata a intenção de se construir duas para o sexo masculino, uma em Ponta Delgada e outra em Angra do Heroísmo, sendo esta última em regime de comparticipação e a sua construção da responsabilidade da Diocese.

As infraestruturas construídas para a prática desportiva, bem como outros apoios dados a estas actividades, têm tido grande estímulo para que as crianças e os jovens ocupem de uma maneira sadia os seus tempos livres. O intercâmbio, que tem sido proporcionado, permite um interessante relacionamento de pessoas das diversas ilhas e o conhecimento dos Açores, o que contribui, sem dúvida, para aumento do nível cultural.

Não posso deixar de fazer referência ao muito que se tem feito no campo da Cultura, quer na montagem de Casas de Etnografia, quer na recuperação de imóveis de reconhecido valor histórico-arquitectónico, quer ainda no apoio que tem sido dado às filarmónicas.

Na ilha Graciosa existem quatro filarmónicas, tendo três delas recebido já instrumental novo. A de Santa Cruz aguarda a sua vez.

A reconstrução da sua sede, situada no centro da Vila, não teria sido possível sem a comparticipação do Governo Regional.

Foi também graças aos subsídios concedidos que a sede da Filarmónica da Luz pôde sofrer obras de beneficiação e de ampliação.

A Filarmónica da Praia pretende, neste momento, arrancar com a construção das suas instalações, cuja necessidade é bastante grande. Conta-se, como é de justiça, com o apoio governamental.

A criação de casas etnográficas permite recolher os vestígios materiais da vida tradicional das populações e ainda facilitar o seu estudo, para que haja um verdadeiro conhecimento do

passado histórico do povo de cada uma das nossas ilhas.

A Casa Etnográfica de Santa Cruz da Graciosa, que no próximo dia 6 de Dezembro completa 4 anos de entrada em funcionamento, é o testemunho do muito que é possível fazer-se a bem da Cultura, quando, a par do apoio governamental, existe espírito de iniciativa e entusiasmo por parte dos responsáveis. A sua directora, a dinâmica professora Maria Teodora de Borba, interveio na escolha do imóvel que foi adquirido, recolheu inúmeros materiais que se encontram expostos e outros que ainda não estão por falta de espaço. Mas merece ainda mais realce a vida que lhe tem dado através de diversas e variadas actividades culturais.

Termo esta intervenção afirmando que é cada vez maior a minha convicção de que a execução dos Planos do Governo não depende só da vontade dos seus responsáveis políticos, mas está muito condicionada ao empenhamento de todas as pessoas que têm de executar as diversas tarefas.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Ouvi atentamente a intervenção da Sra. Deputada Adelaide Teles. Não vou fazer nenhuma análise subjectiva sobre a mesma. Direi tão só que há pontos com os quais estou de acordo; há outros com os quais não concordo - o que é perfeitamente legítimo - dada a análise e o antagonismo político-partidário.

Mas eu pedi a palavra - e peço desculpa ao Sr. Presidente de não ter invocado o motivo - para fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura no contexto de algo que foi proferido pela Sra. Deputada Adelaide Teles.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

O Orador: Sr. Secretário da Educação e Cultura: Se V. Exa. me permite, eu desejava perguntar-lhe o seguinte:

- Quais são os critérios que a sua Secretaria, V. Exa., ou o Governo que integra tem para a nomeação dos directores das Casas Etnográficas na Região Açores?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado Francisco Sousa (PS): Não há resposta?!

Presidente do Governo Regional (Mota Amaral): Vai dar-se uma resposta final a todas as perguntas.

Deputados Carlos Mendonça (PS): Ah! É preciso estudar o esquema, não é?

(Vozes de protesto do Grupo Parlamentar do PSD)

Deputado Carlos Mendonça (PS): Eu fiz uma pergunta ao Sr. Secretário e não aos seus representantes!

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Participante de uma formação política que se reclama dos valores da chamada "esquerda democrática", não posso deixar de considerar a cultura como um dos vectores essenciais desse vasto espectro, onde julgo situar-se a grande maioria da população portuguesa - logo, também, da açoriana.

Com efeito, tanto a social-democracia como o socialismo democrático, se não são rigorosamente sinónimos ou termos de um mesmo conceito, têm a uni-los o facto de serem, ambos, "o lugar da coerência, da vontade de mudar e da coragem", por oposição à "cabotinice, ao vazio, ao pedante, ao supérfluo, ao caduco", perfigurando "uma atitude que se entende continuamente recolonizadora" e obriga, por isso, "ao constante movimento e discussão das questões e dos problemas primordiais".

O benefício do mundo da cultura significará, assim, para a comunidade humana, a grande oportunidade para a ultrapassagem de situações de pobreza mental e material, o salto para o progresso económico e a valorização multidimensional do indivíduo e da sociedade em que o mesmo se insere.

Transpor tais ideias para o âmbito da nossa pequena sociedade insular é fácil e de segura adequação - agora que chegámos ao debate do último dos planos anuais que integram o quadriénio de vigência do Plano de Médio Prazo 85-88.

De modo semelhante ao que acontece com as opções da Comunidade Económica Europeia, de que agora fazemos parte, o projecto cultural da sociedade açoriana, dispersa pelos seus nove territórios descontínuos, terá que centrar-se em torno de quatro eixos principais: a) a livre circulação de bens culturais; b) a melhoria das condições para o trabalho cultural; c) o alargamento do público, ao qual alguém já quis chamar, com alguma propriedade, a "massa associativa da cultura"; d) a conservação e valorização do património.

No âmbito da livre circulação de bens culturais, afigura-se necessário promover, sem demora, a totalidade da cobertura televisiva e radiofónica das ilhas açorianas, fomentar o aparecimento de um órgão de imprensa escrita com vocação e verdadeira expansão ao nível de todo o arquipélago e dar ênfase a todas as formas de conhecimento entre as populações das parcelas físicas que compõem a Região Autónoma dos Açores, por

forma a ultrapassar bairrismos obsoletos, sedimentados ao longo dos séculos para proveito de uns poucos e visível prejuízo de quase todos.

Dar condições ao exercício do trabalho cultural significará, cumulativamente com outras preocupações a de não fechar a comunidade regional ao contributo de pessoas vindas de fora, cuja qualidade e competência seja capaz de espicaçar a espantosa criatividade do povo açoriano, que, nesta como em outras matérias, em nada fica atrás de quem quer que seja.

Isto explicará a prossecução de outro objectivo, o do alargamento do público da cultura,

considerando que o estado de subnutrição cultural em que se encontra boa parte da população açoriana é altamente responsável pelas situações de miséria em que vivem muitas famílias, agrupadas ou não nas chamadas "bolsas de pobreza", onde, como tenho afirmado em anteriores ocasiões, o problema habitacional, sendo o mais visível e aparatoso, não é, todavia, o único e, muitas vezes, é mais uma consequência do que propriamente uma causa.

Julga-se, assim, que deve ser incrementado o prosseguimento das acções de educação permanente, com realce para a alfabetização dos adultos, a criação de postos de trabalho para animadores culturais dos adultos, a criação de postos de trabalho para animadores culturais ao nível das pequenas comunidades e no âmbito dos seus órgãos autárquicos, a realização de acções culturais diversas junto das populações, o apoio ao cineclubismo, aos grupos de teatro, folclore e música popular, a criação e o apoio ao funcionamento de bibliotecas locais e a dinamização das Casas de Cultura, cujo papel deve ser valorizado com a capacidade de resposta adequada às solicitações que possam ser-lhes feitas.

Chegados, por fim, ao domínio da conservação do património, deve fazer-se a justiça de reconhecer que o Governo Regional não se tem remetido à indiferença sobre tão importante área de intervenção.

Mas, para além do restauro de monumentos notáveis, é necessário influir junto das câmaras para que estas se coíbam de licenciar projectos sem qualidade ou que agridam, nas formas e cores, os conjuntos históricos e arquitectónicos de grande valor plástico que, felizmente, dominam as nossas cidades, vilas e freguesias.

É necessário não fazer concessões ao mau gosto, à ignorância e à estupidez arvorada em auto-suficiência, motivando as pessoas para não irem atrás de modas de duvidosa aceitação, cujo elevado preço é sempre a comunidade que acaba por pagar, atingida na sua própria identidade e nos valores que as gerações passadas foram lentamente acumulando.

Útil seria retomar-se, em 1988, a emissão de um programa televisivo de defesa do património edificado, semelhante àquele que, há poucos anos, foi apresentado, com excelentes resultados, pelo Dr. Jorge Forjaz, sob a responsabilidade da Direcção Regional dos Assuntos Culturais.

Mas não só do património edificado. Nem só também das filarmónicas, como quase pretende o Plano Regional.

Penso que é fundamental programar-se e iniciar-se a publicação de uma colecção de livros de bolso que seja qualquer coisa semelhante à "Biblioteca Breve", do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, e possa, eventualmente, ter o título genérico de "Biblioteca Básica dos Açores" ou "Biblioteca Básica de Autores Açorianos" - uma colecção que se apoie na repescagem dos escritores que, ao longo dos mais de quinhentos anos da nossa permanência histórica nestas ilhas, enriqueceram o que se convencionou designar por literatura açoriana, na poesia, no teatro, no romance, na narrativa histórica ou de viagens.

O estado precário em que se encontram vários arquivos municipais, justamente denunciado por ocasião do II Congresso das Comunidades Açorianas, é outro ponto a que o Governo Regional terá que dar a devida atenção, empregando, na tarefa da sua recuperação, arrumação e catalogação, alguns dos jovens licenciados em história que saem da Universidade dos Açores sem perspectivas visíveis de emprego.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É urgente delinear-se uma política cultural que não se fique pelo tímido enunciado de alguns tópicos para falso descanso das nossas consciências.

Tal como já foi sublinhado pelo Parlamento Europeu, não se trata de agir "sobre" a cultura, mas sim de agir "para" a cultura.

Não se pretende influir no conteúdo da criação artística e literária, mas sim criar condições para que essa criação seja possível e se processe livremente, conferindo-nos a dimensão que merecemos pelo nosso passado, mas, também, pelo nosso presente e, sobretudo, pelo nosso futuro, naquilo que ele tem de desejo e de legítima ambição histórica e humana.

Disse. Muito obrigado.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cinelândia Sousa.

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Quando a opção e a aposta do Governo Regional dos Açores tem como pressuposto o desenvolvimento económico e a conquista de níveis de bem estar mais elevados, não posso deixar de salientar que só é viável o desenvolvimento, quando a educação de um povo é encarada como um

investimento decisivo, se a entendermos numa perspectiva económica e de progresso material, visto que é a educação que determina o desenvolvimento dos povos e a conquista do bem estar.

A acção educativa é acima de tudo uma tarefa que consiste na formação da humanidade: não há hoje sociedade moderna, democrática e com níveis de progresso consolidados, que não tivesse por base um sólido investimento educacional.

Por isso a educação é hoje reconhecida como um direito fundamental da pessoa, reconhecido aliás por todos e consagrado na nossa Constituição e Parlamento próprios porque é ela a essência da dignidade e da correspondente responsabilidade, com a qual amanhã os nossos filhos desempenharão o seu papel na sociedade, que queremos mais perfeita e mais moderna.

Para isso, o sistema educativo terá que ser capaz de assumir, gerar e recriar continuamente as expressões de liberdade, intrínsecas à natureza humana e à complexidade das sociedades modernas.

Neste momento histórico de mudança que vivemos, os factores estratégicos assentam fundamentalmente na informação, na inovação tecnológica, na criatividade, na adaptação à mudança, em suma, na modernização e na democratização: um modelo de serviços unificado, por exemplo, tem como pressuposto o propósito de permitir a utilização dos recursos existentes de acordo com um plano geral, a fim de reduzir os custos de gestão e evitar a sobreposição e confusão na prestação de serviços.

O sistema educativo de um povo, pela sua função específica, constitui um vector no qual se demonstra a solidariedade vivida numa comunidade: por isso a educação põe à prova a solidariedade das gerações, a solidariedade para com todos os que têm necessidades educativas especiais sobretudo para os que à partida estão em desvantagem.

Este esforço terá que ser vivido como um esforço de mudança, com a consciência de que os resultados não serão imediatos e por conseguinte o mesmo terá de ser persistente em torno das grandes linhas da política educativa traçadas pelo Governo Regional: e um projecto de mudança constrói-se com elevado sentido crítico, com uma redobrada atenção aos movimentos que vão surgindo, procurando compreender a sua inter-relação, procurando delinear os contornos de uma política coerente, resolvendo contradições ou perdendo batalhas.

A situação em que nos encontramos está ainda marcada por problemas estruturais acumulados desde há décadas, responsáveis pelos atrasos que sofremos: uma população com fraco índice de estudos, ainda a existência de analfabetismo, absentismo, insucesso escolar, etc..

A partir deste cenário, a necessidade de mudança surge como prioritária. E, esta necessidade de mudança passa pela reforma do sistema educativo, adequado à nossa Região, e pelo arranque para um processo que dê resposta à plena integração europeia.

Mas a mudança só é possível quando sentida por todos: se é justo e exigível que o Governo Regional crie as condições para que a política da educação funcione, condições estas concretizadas já pela construção, conservação e perservação do parque escolar existente e formação de docentes, é lícito exigir de todos nós o **trabalho e espírito de colaboração necessários, para que o amanhã das novas gerações seja feito de mais certezas e de mais solidariedade.**

Queremos assim, ser a favor de uma educação para a confiança e para a autonomia, e queremos ser capazes de criar espíritos competentes, empreendedores, inovadores e capazes de assumir riscos. Em suma, é preciso que as escolas não sejam apenas a preparação para a vida "mas que elas mesmo sejam a própria vida".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No que concerne à Educação Especial, é com agrado que registo o facto do Centro de Educação Especial dos Açores encontrar o seu enquadramento no sistema normal ou geral do Ensino.

Este desafio que afinal tem sido a nossa luta, luta que só agora encontra o momento adequado, acaba em primeiro lugar por pôr termo, ao fim de 20 anos, ao Regime de Instalação;

Deputado Francisco Sousa (PS): Até que enfim!

A Oradora: Em segundo lugar, porque garante a todo o pessoal que nele exerce funções, a sua efectiva segurança.

Em terceiro lugar porque mudança de tutela não pode significar ou riscar do Centro de Educação Especial dos Açores, uma acção que se tem perspectivado de forma abrangente e integrada de áreas fundamentais na compreensão e intervenção do ensino especial.

O Centro de Educação Especial dos Açores, com uma história e aberto à comunidade, dispõe de serviços e de um quadro técnico, que tem evoluído e acompanhado as mudanças e os desafios que uma política de educação integrada e reabilitação, formação e emprego, hoje se nos coloca.

O Governo Regional pode, de facto, estar satisfeito porque é um serviço que não está estático mas, sim, continua e há-de continuar a estar dinâmico.

O modelo que vimos seguindo, tem por base princípios que apontam para a descentralização de respostas, compartilha a participação de responsabilidades, inter-complementaridade de acções, planeamento integrado e respostas enquadradas nas realidades locais.

É dentro desta orientação que o Centro de Educação Especial dos Açores vinha desafiando serviços de áreas afins (educação, saúde, trabalho, autarquias e outros) de forma a garantir e melhorar a vida das crianças e jovens com deficiências.

É o caminho que vimos percorrendo, e, nos parece o correcto num contexto e na contingência de vivermos em ilhas dispersas pelo Atlântico.

Assim, entendemos que a política do ensino especial deverá contemplar a descentralização das respostas e dos recursos, pela articulação estreita com outros serviços e reconversão dos existentes, de forma coordenada.

Esta capacidade de solução dos problemas a nível local, desenvolve práticas inovadoras, que podem ter um efeito construtivo na política do Governo Regional.

Disse.

(Aplausos do PSD e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa para pedir esclarecimentos à Sra. Deputada Cinelândia Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada Cinelândia Sousa:

É para lhe fazer só uma pergunta.

Na primeira parte da sua intervenção, a Sra. Deputada defende uma série de princípios. Gostaria que me informasse onde é que considera que eles estão consagrados no Orçamento e Plano que estamos a discutir.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Cinelândia Sousa.

Deputada Cinelândia Sousa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A mim compete-me, é evidente, quando faço qualquer intervenção, contemplar os princípios filosóficos que estão assentes, e parto do princípio, pela leitura que fiz do Plano, que eles foram contemplados pelos governantes.

Penso também que - por aquilo que me pergunta - podia ir mais directamente a algum assunto que queira ver respondido, porque já aqui, hoje, foram explanadas, pelo Sr. Secretário da Educação e Cultura, as acções que correspondem, de facto, aos princípios que aqui foram colocados e que foram sentidos por mim.

Eu não quero dizer que todos sintam e pensem da mesma maneira! Foi o que eu senti e é como tal que penso e, tal como eu faço, é como coloco, e como a Educação se está a tratar, Sr. Deputado, se quisermos ser educados uns para com os outros temos que nos aceitar mutuamente.

É assim que eu sou; é desta maneira que eu penso; é desta maneira que eu falo, e foi da maneira como consegui transmitir - se calhar não na íntegra, como gostaria o Sr. Deputado - e ir directamente à situação que me coloca.

Todavia, acredite que estou aberta para,

se quiser ir directamente a alguma situação concreta, lhe responder com muito gosto.

Quanto aos princípios, que são os pressupostos no Plano, de uma forma geral, francamente, como já disse, é da forma como penso e como os vejo.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Ramos Dias.

Deputado Ramos Dias (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Mais uma vez subo a esta tribuna para, no direito que me assiste, como representante do Povo dos Açores, fazer algumas considerações sobre o Plano que o Governo Regional se propõe levar a cabo no próximo ano de 1988.

Embora ciente que esta Região é constituída por nove parcelas e de que todas têm os seus problemas e anseios, também é certo que todas elas têm representantes seus neste Parlamento, mais vocacionados para as respectivas questões e que, sobre elas, certamente, melhor poderão pronunciar-se.

Sendo assim, permitam-me, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que me manifeste, mais especificamente, sobre o meu círculo eleitoral e sobre os seus problemas sem, contudo, abdicar de contribuir para uma discussão de Plano no sentido de o mesmo corresponder a um desenvolvimento equilibrado de toda a Região.

Não fosse abusar da paciência dos Srs. Deputados e poderia ter este meu modesto trabalho muito simplificado.

Para tal bastaria fotocopiar as minhas intervenções relativas ao Plano a Médio Prazo e subsequentes, nomeadamente o Plano para 1987 e as mesmas estariam em plena actualidade.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Cabral (PSD): Não apoiado!

O Orador: Se tal acontecesse mais não faria que seguir o eterno exemplo do Governo Regional quanto ao Planeamento respeitante às Flores. É ter o cuidado de conferir algumas páginas do Plano para 1987 e 1988. Não o farei porque certamente os Srs. Deputados já tiveram o cuidado de, também, o confirmarem. Por isso me abstenho de fazer aqui e agora a sua enumeração.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Mais um ano se vai iniciar e mais um Plano é elaborado.

Mais um pedido de confiança ao Povo e mais uma vez se vai jogar com a boa-fé de quem ainda acredita nas bonitas palavras de quem tão bem as sabe encantar.

Não fosse de quando em quando a boa colaboração da atmosfera e os florentinos continuariam sem saber o que era uma televisão.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Muito bem!

O Orador: Não fossem os CTT a necessitar dos feixes hertzianos e os florentinos e corvinos continuariam por mais uma década embalados no crónico pensamento que fez história nos Planos Regionais: "Cobertura Radiofónica e Televisiva de toda a Região". Felizmente que neste Plano se modificou o texto para "conclusão dos trabalhos conducentes à cobertura radiofónica e televisiva de todas as ilhas". O que é certo é que continuamos sem ver e ouvir o que os outros já vêem e ouvem mas, de facto, algo melhorou. Que não seja apenas a esperança, mas que nos próximos Planos esta fase esteja ultrapassada. Reconheço as dificuldades inerentes a este processo mas também julgo pensar que foi mais fácil ir à Lua que a Televisão chegar às Flores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Risos da Câmara)

O Orador: Resta-nos a esperança de que quando for possível os restantes açorianos verem a TV Americana e os canais Europeus, nós, ao menos, possamos ver a TV Açores.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Uma nova perspectiva vem surgindo no meu círculo eleitoral. Os jovens que vêem a luz no fim do túnel. Resta-lhes a consolação de que se não puderem ingressar na ampliada Escola Preparatória a construir, ao menos estarão em idade de frequentar as novas instalações de apoio a idosos que já se encontram em fase de projecto.

(Risos da Câmara)

(Aplausos do PS, CDS e PCP)

O Orador: Não precisamos ser muito pessimistas. Basta-nos recordar o tempo record de estudos e projectos elaborados para o Porto e ficaremos com uma perspectiva um tanto ou quanto tranquilizadora.

Deputado Carlos César (PS): Muito bem!

O Orador: Não fosse a minha qualidade de florentino que já se habituou a saber esperar e, então sim, apostaria nas instalações das Casas do Povo que também se arrastam em projectos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

É do conhecimento geral que o Governo está sensibilizado para garantir nas Flores uma política de stocks mínimos. Mas o que infelizmente acontece é que até este momento os florentinos têm beneficiado só da política dos mínimos.

(Risos da Câmara)

O Orador: Quanto aos stocks é que ainda nem o Inverno chegou e já são necessárias medidas de última hora e de emergência para que alguns ainda acreditem na rapidez e eficiência do Governo. Bem sabemos que não cabe aos Membros do

Governo ir localmente controlar os stocks existentes em cada ilha, mas gostaríamos de saber a quem incumbe essa fiscalização e porque não chamar à responsabilidade quem não cumpre e brinca com a alimentação duma população que em pleno 1987 chega a ter o pão racionado.

Será que a política dos transportes é a mais correcta e a que os florentinos têm direito como açorianos que também apostaram na Autonomia Regional?

Será que um barco de carga uma vez por mês garante o abastecimento de duas ilhas? Cada vez mais as Flores se sentem marginalizadas e votadas ao isolamento.

A nova política de transportes aéreos no que se refere ao novo horário da SATA com apenas um voo semanal às 3^{as}. feiras da Horta e outro às 5^{as}. feiras da Terceira e diríamos que os florentinos estavam isolados dos Açores e do Mundo. Espero que o ano de 1988 com a ampliação do aeroporto e a construção do Porto das Flores, seja um marco importante nas decisões governamentais, de modo a que todas as infraestruturas a instalar nas Flores, venham, de uma vez por todas, dar a garantia de nos sentirmos tratados com dignidade e em condições de a nossa produção e comercialização ser efectuada de modo a que o desenvolvimento da Ilha possa, a breve prazo, estar equilibrado com o resto da Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

A minha missão nesta Assembleia desde o início considerada difícil como defensor intransigente da Ilha e população que me elegeram e por trazer, com insistência, os abundantes problemas e carências dos florentinos, acarretou algumas incompreensões em sectores onde menos se esperava.

Persisti e valeu a pena. Apesar de, na prática, o Governo não ter realizado ainda muito do que prometeu em anteriores Planos, é facto que a situação da Ilha das Flores passou a ocupar o lugar de relevo e que se justificava nesta Câmara.

Cabe agora ao Executivo dos Açores, de uma vez por todas, dar respostas reais ao povo das Flores.

Continuaremos a exigir-lo.

Vozes do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PS, CDS e PCP)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Secretários Regionais:

Não resisto à tentação de fazer uma abordagem à problemática das comunicações, sector de primordial importância para a nossa insularidade.

Numa região geograficamente dispersa como

a nossa, os sistemas de comunicações existentes e os que as novas tecnologias perspectivam, assumem uma importância vital para quebrar este tradicional isolamento.

Quer para satisfazer as necessidades mais primárias das nossas populações, quer para ligar a nossa Região aos grandes centros de informação mundiais, passando por uma nova dinâmica da Comunicação Social dos Açores, abrem-se potencialidades incomensuráveis no sentido de nos adaptarmos e, por via disso, ter acesso a bancos importantíssimos de informações.

A Região Autónoma dos Açores, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, não está, neste momento e nas suas componentes económica e social, motivada para os investimentos que as novas tecnologias exigem. Salvo raras excepções, não estamos a acompanhar nem a aproveitar as potencialidades actuais dos sistemas de comunicações que, a concretizarem-se nas nossas ilhas, muito contribuiriam para quebrar ou, pelo menos, atenuar, grandemente, o nosso tradicional isolamento.

Mesmo no campo da Comunicação Social, estamos a trabalhar em termos que posso, com um certo à vontade, classificar de autenticamente medievais, dada a falta de preparação de muitos profissionais que ainda utilizam o chumbo quente na feitura dos nossos jornais.

A própria situação financeira da maior parte (senão a sua totalidade) das empresas que suportam publicações de grande prestígio, não se coaduna com as exigências dos novos tempos e do século que, rapidamente, se aproxima.

Tal como os velhos autonomistas de oitocentos, muitos dos profissionais da Comunicação Social que exercem a sua actividade na Região, apenas vão lendo, vão sabendo e vão trocando impressões sobre o que de inovador se passa por esse mundo fora, cujos benefícios, facilidades, culturas e informações vão passando ao lado, ou por cima, destas nossas ilhas.

Para além dos cursos de formação onde se aprende a definir e a fazer o "lead", a elaborar os títulos, penso que se torna indispensável promover estágios de jornalistas, da nossa imprensa escrita e radiofónica privadas, em organismos e instituições que são importantes ao trabalho diário desenvolvido na feitura de jornais. Conselho da Europa, Estrasburgo, Bruxelas, NATO, Nações Unidas são, entre outras, as organizações novas para muitos profissionais da imprensa e rádio privada. E digo privada porque os "media" audiovisuais do Estado têm em execução cursos de formação, em diversas áreas, para os seus funcionários e mandam com relativa facilidade enviados especiais que acompanham, normalmente, membros do Executivo Nacional e Regional, em nítido contraste com os da activi-

dade privada.

Penso que é tempo de olharmos com mais atenção para esses avanços tecnológicos, sob pena de corremos o risco de ficarmos sumariamente contemplativos perante o desenvolvimento das comunicações e condenados a sermos eternamente isolados uns dos outros e com o exterior da Região.

Numa época em que mais de 100 sistemas de satélites de comunicações, já em funcionamento ou ainda em fase de lançamento durante a década de 80, oferecem inúmeras oportunidades para fomentar o desenvolvimento pacífico e os seus serviços estão a tornar-se cada vez mais eficientes e menos dispendiosos em consequência do contínuo progresso tecnológico, continuamos apostados - dizia - nesta matéria, em obsoletas condições de comunicação.

Começa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a ficar já longe o ano de 1965, quando a Organização Internacional de Satélites (INTELSAT), lançou o "Early Bird", o primeiro satélite operacional de comunicações do mundo.

Esse satélite, poeticamente baptizado de "Pássaro da Manhã", permitia que a rede total de comunicações telefónicas, através dos continentes se reduzisse a umas poucas centenas de circuitos.

Em 1968, lançou-se o "INTELSAT III", com uma capacidade de 1.200 circuitos telefónicos e 4 canais de televisão a cores e, em 1971, foi lançado outro satélite, já com a capacidade para assegurar cerca de 4 mil circuitos telefónicos ou 12 canais de televisão. Em 1975, o equipamento lançado já permitia 6 mil circuitos telefónicos ou 20 canais de televisão. E, assim, sucessivamente, até os nossos dias, onde já existem satélites, mesmo aqui por cima de nós, com a capacidade de fornecer 36 mil circuitos telefónicos ou o equivalente a 120 canais de televisão.

Nós encontramos, na história da humanidade, desenvolvimentos tecnológicos similares que, a longo prazo, tenham atingido um nível de crescimento tão extraordinário

A revolução da informática nasceu há pouco mais de 30 anos e é lógico esperar-se, portanto, que a tendência do crescimento da informática e das comunicações irá continuar (e de que maneira!) no século XXI, que começa já daqui a 12 anos.

Segundo Joseph Pelton, personalidade que tem estado ligada às questões de utilização dos satélites desde 1965, existe um enorme potencial para milhões de circuitos telefónicos e centenas de circuitos de videoconferência, assim como solicitações, cada vez maiores de apoio às novas redes de comunicações computadorizadas, de grande rapidez, e, até, correio electrónico".

Anthony Day, editorialista principal do "Los Angeles Times", interrogava-se, no decorrer

do seminário "o jornalismo no ano 2.000" sobre o futuro da imprensa no próximo século.

- "Haverá, de facto, imprensa escrita no ano 2.000?"

- Em caso afirmativo, qual será a sua função?

- Que tipo de educação e de especialização deverão ter os que a produzirão?

- Deveremos nós encorajar os jovens a seguirem a carreira do jornalismo?!" - eram algumas das suas preocupações.

Depois de, ele próprio, manifestar a sua opinião sobre as suas interrogações, Anthony Day perspectiva que o jornal será, à medida que o tempo passa, cada vez mais um jornal analítico, responsável e exaustivo, porque será isso que os leitores exigirão cada vez mais.

Em grande parte do mundo, os jornais nasceram, no último século, como porta-vozes de facções de partidos políticos. Mas, agora, um número cada vez maior de leitores está a exigir as notícias exactas, notícias em que as pessoas possam confiar quando tomarem as suas decisões.

Dois dos mais curiosos sistemas de comunicações postos ao serviço, são o "teletexto" (um serviço de sentido único) e o "viewdata" (um serviço interactivo).

O sistema "viewdata" (que agrupa, entre outros, o "videotex" e o "videotext"), dá acesso a uma vasta gama de serviços, nomeadamente correio electrónico, serviços bancários, reservas de viagens, obtenção de dados, transmissão de programas, "marketing", permutas comerciais e edições electrónicas.

A "viewdata" representa, no dizer de Leanna Skarnulis, um casamento a três: computador, telefone e televisão. É um sistema de dois sentidos, podendo o utilizador receber e enviar informação por linha telefónica.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais:

Ainda não há muito tempo, a Mesa da Assembleia Regional dos Açores recebeu uma delegação dos CTT (Correios, Telégrafo e Telefones) e assistiu a uma curiosa exposição, feita por um dos técnicos superiores daquela empresa, sobre os novos serviços disponíveis, incidindo na rentabilização e utilização dos modernos equipamentos telefónicos e telemáticos. A exposição incidiu nas áreas de "videotex", "teletex", "telecópia", "audioconferência", "videoconferência" e "escritório electrónico", tudo isto conduzindo ao que já se convencionou chamar de "edifícios inteligentes".

Muito sumariamente, gostaria de referir que, na questão da "videoconferência", será possível, na nossa Região Autónoma dos Açores, proceder-se a uma conferência de pessoas, de organizações e de instituições, simultaneamente, em várias ilhas ao mesmo tempo, através de circuitos de

televisão. O mesmo acontece nas "audioconferências": qualquer pessoa instalada em qualquer ilha dos Açores poderá conferenciar "vis-à-vis" com outras congéneres em outras ilhas. Como exemplo, foi-nos mostrado o que já está instalado na nova sede da "Diputacion" de Barcelona.

Dispensó-me, perante esta Câmara, de me debruçar sobre a nova tecnologia já colocada à nossa disposição. E dispensó-me, igualmente, de enumerar a extraordinária redução de despesas que as novas tecnologias permitem, mas motivam-me a insistência de começarmos a pensar e a agir perante o desafio imenso que está à nossa frente. Temos ao nosso alcance a perspectiva de quebrar o nosso isolamento e atenuar o nosso destino: a insularidade. E pelo que referi, no incio da minha intervenção, necessitamos, urgentemente, de repensar um certo alheamento nos sectores da Comunicação Social em especial e da comunicações em geral.

É que, Sr. Presidente e Srs. Deputados, e desculpem-me a vulgaridade, o futuro é já hoje.

Muito obrigado.

Vozes do PSD e do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD, CDS e Governo)

Presidente: Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Director... desculpe, Sr. Deputado Jorge Cabral:

Há aqui, nesta forma de discutir este Plano e este Orçamento, que realçar um equívoco da parte de alguns deputados do PSD nesta Câmara - e já é altura de fazê-lo. A oportunidade que agora é despertada pela intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, dá-me exactamente a ideia de que é a altura de colocar a questão no seu devido lugar.

O Sr. Deputado Jorge Cabral veio para aqui dizer que a nossa comunicação Social funciona em termos medievais, que algumas delas até têm chumbo para os requisitos que, na altura, talvez fossem mais aplicáveis à tortura, mas que, em alguns casos, na nossa comunicação social, tem os mesmos efeitos.

Em todo o caso, o Sr. Deputado Jorge Cabral veio para aqui reflectir uma situação potencialmente negativa do sector, do ponto de vista das suas carências e do ponto de vista da necessidade do Governo Regional ter outra actuação nesse sector, nomeadamente em relação ao apoio aos Órgãos da Comunicação Social privada, em relação à formação profissional na área, em relação a todos estes aspectos. E veio também, com aquele ar que lhe é peculiar, trazer-nos algumas adições aos nossos conhecimentos comuns,

no seu estilo peculiar, daquelas secções de "Quem sabe, sabe", "O que você precisa de saber" ou "Curiosidades" das "Selecciones Riders' Digest". Mas, enfim, nós vamos tolerando estas coisas. Isto é mesmo o Plano e o Orçamento e há absoluta necessidade dos deputados do PSD preencherem o seu tempo.

Mas o que é lamentável em tudo isso, é que o Sr. Deputado Jorge Cabral (e o seu partido) por exemplo, quando anota situações dessas, não faça corresponder, a esse tipo de observações, propostas de alteração no sector em que ele detecta todas essas anomalias.

Acontece que o Plano prevê uma dotação de 248 mil contos. Essa dotação sabe-se que é predominantemente para obras que se encontram em curso e que não tem nada a ver com as preocupações expostas na intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral.

Se não sabe, fica a saber que o Partido Socialista aumentou essa dotação para, entre outras coisas, proporcionar a realização mais plena e mais eficaz das nobres preocupações do Sr. Deputado Jorge Cabral.

Portanto, a questão que eu coloco, não é tanto saber se o Sr. Deputado Jorge Cabral tem razão ou não; se eu tive ou não (e certamente terei!) proveito das suas inúmeras citações sobre as novas tecnologias, mas o que é importante, desde já, aclarar é que o PSD não pode, nesta Câmara, sistematicamente, de programa em programa, de sector em sector, fazer uma versão "travesti" do seu próprio comportamento político: não pode, por um lado, dizer "o que se está a fazer é pouco", tentando aí substituir-se à oposição, e, por outro lado, permanecer imutável na protecção, programa a programa, projecto a projecto, de tudo o que o Governo nos aqui traz para esta Assembleia.

A intervenção do Sr. Deputado Jorge Cabral, sendo justa ou injusta - não interessa neste momento relevar - no que diz respeito ao seu conteúdo espelha esse comportamento negativo que o PSD não pode ter, sistematicamente, neste Parlamento: o PSD quer, ser oposição nos Açores e quer ser poder nos Açores e quer transformar o seu comportamento, neste Parlamento, numa permanente operação de cosmética que visa apenas minimizar todas as alterações que os outros partidos aqui vêm colocar, dando-lhes razão mas não votando.

É este, permanentemente, o comportamento que nós já observámos ontem, que nós vamos observar hoje e que vamos observar nos próximos dias!

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral para prestar esclarecimentos.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regio-

nal, Srs. Secretários Regionais e Sr. Deputado Carlos César:

Não sei se vou chamá-lo também de "Estudante da Faculdade de Direito de Lisboa interrompido". Eu, pelo menos, além de Deputado sou Director de um jornal, mas o Senhor, fora da Assembleia, não sei o que é que faz. Talvez seja político profissional...

Deputado Carlos César (PS): Não! Não ganho nada de mais lado nenhum!

O Orador: Eu também não ganho, Sr. Deputado, e se insiste neste tema, garanto-lhe que não ficamos por aqui!

Deputado Carlos César (PS): Pois não fiquemos!

(Risos da Câmara)

O Orador: O Sr. Deputado acaba de fazer uma intervenção que eu só posso classificá-la de "ciumenta".

E "ciumenta" porquê? - Porque, até aqui, toda a gente, e deste lado desta bancada, fez críticas ao Plano do Governo Regional: algumas inconsistentes, outras supérfluas, outras, enfim, demagógicas, outras exageradamente violentas, etc..

Eu fiz uma crítica ao Plano do Governo Regional, na parte da Comunicação Social, denunciando algumas situações mas com correcção, enfim, com algumas sugestões, utilizando conhecimentos que tenho, pois se, desde os meus 16 anos de idade estou ligado a esta matéria, tenho obrigação de saber alguma coisa disto.

Inclusivamente, quando V. Exa. diz que utilizei argumentos daquelas Secções do "Sabe sabe", V. Exa. ia-me provocando uma gargalhada geral. Ao fim e ao cabo provou que a sua juventude, realmente, é um impeditivo para outros voos. Se V. Exa. tivesse acesso às últimas comunicações de vários organismos sobre a comissão de satélites, veria que elas não cabem no âmbito do Readers'Digest - estou até a ficar gago...

(Risos da Câmara)

O Orador: ...mas vou-me dominar!

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Gagueje à vontade!

O Orador: Eu estou à vontade! Estou é apenas a dominar uma tentação que tenho de desafiar o Sr. Deputado a ir visitar as instalações de alguns jornais que trabalham a chumbo quente, fazendo votos para que ele não queime, nem o dedo, nem outra parte do corpo, neste chumbo quente.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura para um protesto.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e

Srs. Secretários Regionais:

Vou ter, efectivamente, de protestar. E vou ter de protestar porque o Sr. Deputado Carlos César vai começando a ter dificuldade em aceitar que os deputados do PSD também valem, e eu não gostaria nem poderia aceitar semelhante coisa porque, a ser assim, tínhamos que dar ao Sr. Deputado Carlos César era realmente um "chumbo" em termos de democracia e do seu funcionamento ... e também em termos de Comunicação Social porque, pelos vistos, o Sr. Deputado, pela forma como começou esta sua intervenção - que presumo tenha sido precipitada e que o Sr. Deputado noutras circunstâncias não a faria - demonstra conhecer bem mal o que são os Órgãos de Comunicação Social da Região, os que têm chumbo e os que nem chumbo têm...

(Risos do PSD)

O Orador: ...e ainda se movem pelos círculos móveis que se usavam há muitos mais anos atrás.

O que não posso aceitar, e por isso protesto em nome deste Grupo Parlamentar, é que o Sr. Deputado diga que "não tolera isto" ou "não tolera aquilo". Nós temos tolerado aqui tudo aquilo que os Senhores têm querido dizer, da maneira mais ou menos enervada como o têm querido fazer, da forma em que, ontem, aqui ouvimos fazer, em que um Sr. Deputado da sua bancada não tolera ser interrompido para não perder a sua linha de raciocínio e interrompeu uma pessoa que naquela bancada falava que, pacientemente, o teve de ouvir, foi interrompida uma quantidade de vezes, foi até insultada, e agora vem, hoje, o Sr. Deputado dizer que, afinal de contas, "não estão na disposição de tolerar".

Os Srs. Deputados vão ter a paciência de tolerar, como nós estamos democraticamente tolerando tudo aquilo que os Senhores têm procurado dizer e da maneira como o têm querido fazer.

Os nossos deputados - os deputados do Partido Social Democrata - têm o direito de aqui dizer e fazerem as reflexões que quiserem! O que me está a parecer é que o Sr. Deputado está começando a sentir uma determinada dificuldade, que é a de recear que nós, deputados do PSD, consigamos substituir a própria oposição, pensando mais e melhor do que ela, reflectindo e apresentando sugestões mais válidas do que as da própria oposição.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

O Orador: Efectivamente temos de aqui apresentar as nossas sugestões, as nossas críticas construtivas - que também talvez fosse útil a oposição assumir - e numa perspectiva construtiva que é assim que as coisas se devem fazer. Temos de assumi-las, e é efectivamente verdade que o fazemos bastas vezes, porque vemos que

alguma oposição, se tiver de haver, tem de ser da nossa parte porque, da vossa, não sabe sê-lo.

Muito obrigado.

Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César, suponho que para um contraprotesto.

Deputado Carlos César (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O tempo do meu Grupo Parlamentar é naturalmente precioso, porque foi restringido no máximo possível, por parte do PSD, para a discussão destes documentos, e eu não vou ocupar excessivo tempo com as diatribes com motivações diversas dos Srs. Deputados que me antecederam.

Vou dizer apenas que, sobre o Sr. Deputado Renato Moura e as suas considerações, eu tenho, de facto, dificuldades em ouvir a voz do PSD - mas essas dificuldades não devem efectivamente ser sentidas só por mim - mas já percebo que terão veracidade as notícias que ouvi na Comunicação Social de que, finalmente, o Grupo Parlamentar do PSD "iria defender o Governo quando a oposição o atacasse". Certamente será o caso.

Já reparei também e tenho algum ciúme - tenho que o confessar - dos deputados do PSD porque, depois, as contas, no fim, são mal feitas: alguns deputados do PSD fazem, aqui, aos microfones desta Assembleia, oposição ao PSD e, depois, essas intervenções contam como se fossem do nosso Grupo Parlamentar. Mas isso é outra história que têm que digerir.

Quanto ao Sr. Deputado Renato Moura, vejo até que já digeriram, visto que ele, agora, tem o afã que costuma ser atribuído ao cônjuge que volta do adultério e, portanto V. Exa. volta da polémica do Porto das Flores para os braços do seu Presidente - o que, aliás, no caso em análise, é quase verdadeiro.

(Risos da Câmara)

Quanto ao Sr. Deputado Jorge Cabral, o que eu queria aqui dizer é muito simples: o que vos falta é coragem! O Sr. Deputado Jorge Cabral não teve coragem, na sua intervenção, de transformar os seus protestos e as suas dúvidas em propostas, tal como não teve também a coragem de dizer qual era a parte do corpo que eu poderia queimar.

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Cabral.

Deputado Jorge Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo, Sr. Deputado Carlos César:

É óbvio que não lhe vou dar motivo para que V. Exa. continue a brincar e a fazer sorrir esta Câmara.

Gostaria de lhe dizer só o seguinte:

V. Exa. não explicou qual era o meu "estilo peculiar" e eu tinha tanto gosto em saber qual era o meu "estilo peculiar". Acho que também já era tempo de V. Exa. ter a coragem de me dizer isso cara a cara, frente a frente.

Quanto à minha forma de colagem, Sr. Deputado, não me faça rir! V. Exa. andava ainda, se calhar, a brincar com carrinhos na rua da Arquinha e já eu tinha coragem para assumir posições públicas, muito antes dos meus 20 anos.

Deputado Carlos César (PS): Era no Terreiro!

O Orador: Ah! Era no Terreiro!

Quanto à parte do corpo que V. Exa. efectivamente queimaria no "Correio dos Açores" ou num jornal que tivesse chumbo quente, devo dizer-lhe que, a parte a que eu me referia, penso que V. Exa. não a tem!

Muito obrigado.

(Risos da Câmara)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Renato Moura.

Deputado Renato Moura (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Usaria da palavra tão só para fazer uma precisão, uma vez que o Sr. Deputado do Partido Socialista veio-nos dizer que, afinal de contas, o Partido Social Democrata restringiu o tempo do PS.

Em lembraria a V. Exa. que a cada um dos Srs. Deputados do Partido Socialista caberão, neste debate, 27 minutos e a cada um dos Deputados do PSD vão caber, apenas, 17 minutos.

Portanto, Sr. Deputado, chamaria a sua atenção para esse facto, dizendo-lhe, ao mesmo tempo, que terão bastante mais tempo disponível do que os deputados do PSD.

Aliás, se os Srs. Deputados administrarem o seu tempo com intervenções mais produtivas do que a última que apresentou o Sr. Deputado, na minha perspectiva, talvez ganhem com isso. Naturalmente que essas também exigem muito mais do tempo em que aqui não estamos, porque exigirão uma preparação mais cuidada.

Essa é que é a questão e aí, talvez, é que esteja o problema de que se queixa o Sr. Deputado!

Fique também o Sr. Deputado sabendo que este Grupo Parlamentar existe para apoiar aquele Governo que está naquela bancada e existe, rigorosamente, porque assim o ditaram os resultados das eleições. Mas isso também não inibe nenhum deputado desta bancada, nem inibe a mim próprio, de, quando discordo de alguma decisão pontual do Governo, o dizer, com a liberdade que se tem num partido onde ainda é possível ser democrata.

Espero que o Sr. Deputado no seu partido não receie ver pôr-se fim a alguma coisa semelhante com democracia... se já não viu!

Muito obrigado.

Deputado Carlos César (PS): Não temos qualquer receio!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos César.

Deputado Carlos César (PS): Prescindo.

Presidente: Passado então este "acidente" voltamos ao nosso tema.

Tem a palavra o Sr. Deputado Hélio Pombo.

Deputado Hélio Pombo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem querer cair em "lugares comuns", direi que planear e orçamentar é sem dúvida tarefa difícil, quando se está imbuído dum espírito de justiça e imparcialidade tendo em atenção as necessidades específicas dos destinatários desse plano e orçamento.

Por outro lado também pode ser fácil planear e orçamentar, quando essas tarefas são elaboradas numa perspectiva política com fins eleitorais, dividindo ou planeando consoante as necessidades de ocasião, com vista a um acto eleitoral, próximo, o que parece ser o caso presente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à Ilha do Corvo, não irei fazer uma leitura comentada e exaustiva do Plano e Orçamento para 1988. Depois de vários dias de discussão mais ou menos proveitosa, não é fácil, nem penso ser salutar, fazer uma leitura exaustiva de números, percentagens e justificações. A atenção já não é a mesma do começo, o cansaço aumenta e o discernimento diminui.

Como tal, debruçar-me-ei sobre as lacunas existentes e que considero mais importantes:

No respeitante a Casas de Etnografia, continua a não prever-se nada para o Corvo. Aqui volto a frisar o que já disse anteriormente nesta tribuna. É imprescindível, inadiável, se realmente prezamos a nosso património etnológico, a construção duma Casa Etnográfica naquela ilha.

No Projecto 4.1 prevêem-se 500 contos para conservação e reparação de Instalações do Ensino Primário em cooperação com as autarquias. É realmente necessária e urgente a reparação do edifício da Escola Primária do Corvo. Mas, e conforme proposta de alteração ao Plano e Orçamento, que o PS faz, a Ilha do Corvo necessita dum novo edifício escolar.

O actual edifício foi construído há 50 anos. Encontra-se perfeitamente ultrapassado, para o tipo de ensino de hoje. Não esqueçamos que no mesmo funcionam a Telescola e a Escola Primária. Também deverá ter-se em conta o aumento da população escolar e a degradação do imóvel.

No tocante a Edifícios Polivalentes, todas as ilhas, com excepção do Corvo, têm verbas orçamentadas para a construção.

Porque não tem o Corvo também? Será que a

cultura, o convívio, o espaço de lazer não são necessários na minha ilha? Faça-se justiça e construa-se um Polivalente no Corvo, ou teremos mais uma prova de que, embora o negue, o Governo da Região segue uma política discriminatória em relação ao desenvolvimento das diferentes ilhas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No Programa 30.5, "Estrutura Regional de Abate", a Casa de Matança do Corvo continua a não ser prevista.

Em Conselho do Governo na visita ao Corvo em 1985, dizia-se em comunicado que "resolveu iniciar em 1986 a construção de uma Casa de Matança". Nem em 1988 se prevê o seu começo. Chama-se a isto cumprir e planear com rigor...!

A falta de água no Corvo é grave, tornando-se este problema aflitivo na época estival. No programa respeitante a este assunto nada se prevê. No entanto é necessário efectuar um furo para prospecção e captação de água, uma vez que todas as nascentes conhecidas já se encontram aproveitadas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Após um levantamento de omissões existentes no Plano, em relação ao Corvo, irei fazer alguns reparos no que respeita a programas e orçamentos para 1988.

Começemos pela Saúde. O Plano menciona a quantia de 15.000 contos, destinados à aquisição de terrenos e início da obra do Posto de Saúde do Corvo. Pergunto ao Sr. Secretário, uma vez que o Governo ainda não chegou a entendimento com o proprietário dos terrenos em que se previa a sua construção inicialmente, se irá dar-se início a esta obra, em 1988, quando ainda se desconhece onde a mesma irá ser implantada?

No sector dos Transportes e Comunicações prevêem-se 15 mil contos para melhoramentos no Porto da Casa.

Justa ambição dos Corvinos, e necessidade peremptória, a realização das reparações em vista. Afim de não ficar qualquer dúvida ou equívoco lembro hoje e aqui desta tribuna, que, conforme promessa que me foi feita pelo Sr. Presidente do Governo e do Sr. Secretário dos Transportes e Turismo, as reparações do Porto da Casa, far-se-ão em simultâneo com o início da construção do Porto das Flores.

Passemos agora à energia e ao referente ao Programa nº 44, Investimentos e Apoio financeiros ao Sistema Electroproductor Regional. No Plano e Orçamento para 1987, tinha inscrito 15 mil contos para apoiar a remodelação e ampliação da rede eléctrica dependente da Câmara Municipal do Corvo. Para 1988, em verba não desagregada, também é contemplada a Ilha do Corvo. Pergunto

ao Sr. Secretário do Comércio e Indústria: porque não começaram os trabalhos previstos para 1987? Pergunto também se, finalmente, já está resolvido qual o tipo de instalação eléctrica a colocar: aérea ou subterrânea?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para terminar, apenas mais dois pontos:

No sector de Transportes e Comunicações, está orçamentada a verba de 12 mil contos para asfaltagem da 2ª fase da estrada de acesso ao Caldeirão. Muito nos congratulamos com isso. Mas queremos, uma vez mais, lançar o alerta.

Esta estrada tão necessária, enferma de um mal desnecessário. Por que não efectuar simultaneamente o alargamento e asfaltagem da mesma? Será por questão de rapidez? Será porque não lembrou? Será que se pretende readjudicar o que poderia ser feito de uma só vez? Se assim é, torna-se em dinheiro mal gasto, ou bem ganho...!

No sector do Comércio e Abastecimento, Programa 50.3, constituição de stocks de segurança, estão inscritos 400 contos para o Corvo. É sem dúvida necessária a existência de stocks em ilhas mais isoladas.

No entanto seria bom que o Governo verificasse quais os stocks ainda existentes, quais os seus prazos de validade, qual o estado de conservação e quantidades. Aqui fica novo e necessário alerta.

Disse.

(Aplausos do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Gabriela Silva.

Deputada Gabriela Silva (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Já diversas vezes falei aqui da ilha das Flores. Fi-lo frequentemente numa perspectiva que dava a entender claramente das dificuldades que enfrenta quem ali vive dada a sujeição a uma insularidade que assume uma dimensão muito mais importante que nas restantes ilhas da nossa Região.

Também nesta tribuna falei já dos custos que tem essa insularidade e da forma como corajosamente a temos assumido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há algum tempo atrás vim à tribuna prestar homenagem aos professores do ensino primário. Penso ter procedido então a um acto de justiça relativamente a uma classe de grande dignidade à qual são hoje postos grandes desafios. As crianças de hoje não são as de ontem. Graças à grande divulgação do livro, ao aparecimento de novos meios de comunicação, a criança de hoje tem acesso a um completo conjunto de informações que lhe aumentam a capacidade de pensar

as coisas de forma diferente, torna-as mais ávidas de saber, mais curiosas, mais exigentes.

Para os pais é cómodo transferir para o professor a difícil tarefa de dar resposta às suas solicitações intelectuais e emocionais, ao mesmo tempo que lhe são ministrados os conhecimentos que o hão-de fazer crescer. Os pais passam hoje menos horas com os filhos que o seu professor. E esta tarefa de dar está confiada àqueles que não se podem dar ao luxo de ter distrações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os professores das Flores reivindicam de há longa data um subsídio de fixação à semelhança do que é recebido por variados técnicos há muito fixados naquela ilha e que dela não sairão tão cedo dado que, nas terras pequenas penetra-se, talvez audaciosamente na vida dos outros, mas sabe-se e é claro que praticamente todos os técnicos que por lá andam, estão para ficar.

O assunto andou durante muito tempo a ser tratado apenas em termos sindicais sem que a Direcção Regional da Administração Escolar desse resposta à pretensão dos professores das Flores.

Dos professores do ensino primário, já que os do preparatório e secundário recebem o referido subsídio, chamado de fixação, há um ano.

No dia 13 de Novembro deste ano, reuniram em Angra com o Senhor Director Regional da Administração Escolar, professores de todas as ilhas. A ilha das Flores mandou também a sua representante a essa reunião. Entretanto os resultados do encontro foram desfavoráveis à pretensão dos professores. Ao que parece não se encontra enquadramento legal para dar viabilidade a este desejo uma vez que o subsídio dado tem, ao que parece, a designação de subsídio de recrutamento e de fixação, tendo-se concluído, finalmente, que nas Flores não há falta de professores para o ensino primário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos tentar provar que não é bem assim. E tanto não é que no ano lectivo 1986/87 dos 25 professores da ilha, nove eram de fora e não voltaram. No ano lectivo 1987/88 dos mesmos 25, 8 voltam a ser de fora mas já não os mesmos do ano anterior. Isto significa que 40% dos docentes das Flores não são da ilha, não se antevendo que esta situação mude nos próximos anos.

Mas se este argumento não foi suficientemente convincente, passamos a expôr outros tantos com idêntica força.

- A criança não deve mudar de professor todos os anos. Lidar com crianças implica um conhecimento profundo por parte do professor da sua forma de estar, da sua maneira de ser, das suas capaci-

dades reais. A situação ideal é aquela em que um mesmo professor possa levar os seus alunos do primeiro ao quarto ano de escolaridade.

- O custo de vida na ilha das Flores é, sobretudo no que concerne a bens essenciais, muito elevado, uma vez que muitos produtos são penalizados pelos preços dos transportes.

Os professores primários têm um vencimento insignificante que nada tem a ver com as funções que são chamados a desempenhar. A dignificação das profissões também passa pela remuneração por muito que nos repugne falar de dinheiro.

- Há uma clara e nítida marginalização do ensino primário em relação ao preparatório e secundário o que parece profundamente injusto.

- Há uma profunda injustiça quando se sabe que os técnicos que recebem nas Flores o referido subsídio ganham nalguns casos o dobro dum professor, mesmo sem o subsídio que ainda vencem a mais. Não vamos pôr em causa quem trabalha mais ou detém maiores responsabilidades. Esse julgamento ficará para quem tem filhos e tanto exige de quem os educa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fica aqui o apelo. Não se trata apenas de uma chamada de atenção. É um pedido muito sério de reflexão por parte da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Não pedimos nem pretendemos que, quem já recebe esse subsídio, o deixe de receber. Pedimos apenas, isso sim, que seja reposta a justiça a uma classe que se tem mostrado tão pouco reivindicativa e tão tolerante porque a formação dum professor dá-lhe bem para entender e assumir as suas responsabilidades. E não se têm demitido delas.

Disse.

(Aplausos do PSD e do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para dar um esclarecimento à Sra. Deputada Gabriela Silva.

Não sei se a Sra. Deputada reparou que tem, desde o 13 de Dezembro de 87, que é a data da legislação que rege a discussão deste Plano e Orçamento, a possibilidade de apresentar uma proposta, no articulado do Orçamento para que o Governo Regional faça o pagamento que aqui solicitou e referiu na Mesa.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos encerrar os nossos trabalhos de hoje. Recomeçamos amanhã às 15,00 horas, abrindo o debate noutra área, que será a da "Saúde e Segurança Social".

Estão encerrados os nossos trabalhos.

(Eram 20,00 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD - Cinelândia Sousa).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD - Alvaro Monjardino, Madrugada da Costa e Natalino Viveiros).

A Redactora de 1ª Classe: Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.